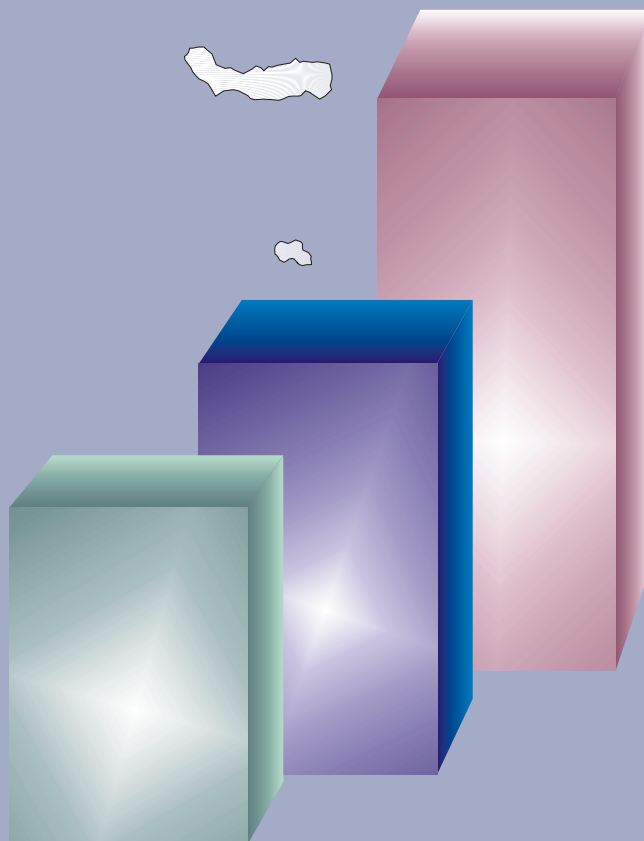
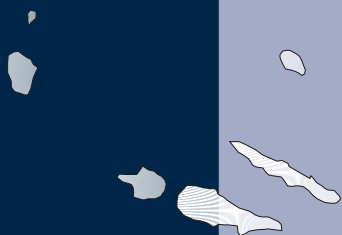




REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidente do Governo
Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente
Direcção Regional de Estudos e Planeamento

Situação Socioeconómica 2004



ÍNDICE

	Pág.
Introduo.....	5
0. Produto Interno Bruto	7
1. Populao.....	9
2. Mercado de Trabalho	13
3. Preços.....	17
4. Moeda e Crédito	21
5. Finanças Públicas.....	27
6. Agricultura, Pecuária e Silvicultura	31
7. Pescas	35
8. Energia	37
9. Comércio com o Estrangeiro	41
10. Turismo.....	45
11. Transportes	51
12. Educao.....	53
13. Desporto	57
14. Cultura	59
15. Saúde	61
16. Segurança Social	65

INTRODUÇÃO

O Presente documento visa proporcionar uma panorâmica da realidade económica e social da Região Autónoma dos Açores.

Para o efeito apresenta-se informação quantificada relevante e disponível e, sempre que possível, a análise da evolução recente dos diversos domínios e sectores tratados.

Esta publicação está disponível no *site* www.drepa.raa.pt.

DREPA, Dezembro de 2005

0. PRODUTO INTERNO BRUTO

O Produto Interno Bruto da Região Autónoma dos Açores atingiu, em 2003, cerca de 2,5 mil milhões de euros, segundo os dados mais recentes das Contas Regionais, divulgados pelo INE.

A produção económica na Região, medida pelos valores do Produto Interno Bruto, continua a reforçar, de forma sustentada, desde 1997, a sua importância relativa no contexto da economia nacional.

Produto Interno Bruto a preços de mercado

Unid.: Milhões de Euros

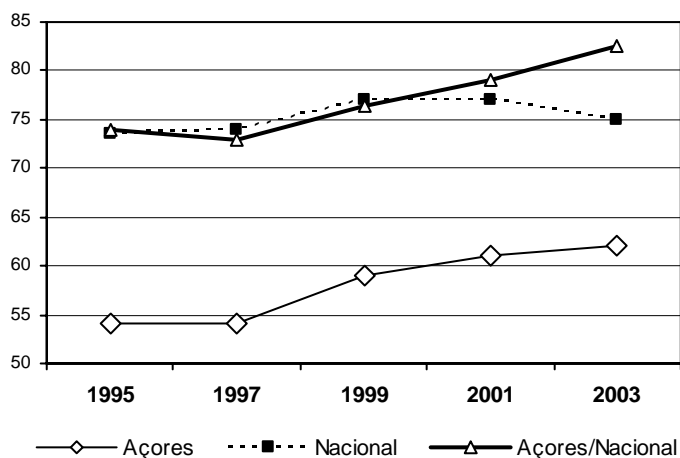
	2000	2001	2002	2003
1. RAA.....	2 091	2 239	2 422	2 469
2. País.....	115 548	122 550	128 458	130 511
% (1/2)	1,81	1,83	1,89	1,89

Fonte: INE, Contas Regionais 1995-2003.

Considerando o PIB per capita, enquanto indicador generalizadamente utilizado para aferir o estágio de desenvolvimento de uma economia, poder-se-á constatar que a economia açoriana se aproxima, não só, dos valores médios do país, como também, dos da União Europeia.

Com efeito, tomando como referência o valor médio dos actuais 25 Estados Membros da União Europeia, observa-se que, nos últimos anos, se registou um afastamento dos níveis de desenvolvimento do país em relação à média comunitária, enquanto nos Açores, se verificou o oposto, ou seja, uma convergência real com o nível médio de produção de riqueza por habitante no espaço europeu.

Convergência (PIB per capita Paridades Poder de Compra) UE 25=100



A evolução do PIB reflecte evoluções diferenciadas do valor acrescentado bruto na produção de bens e serviços que, por sua vez, é resultado das diferentes dinâmicas por ramos de actividade. Analisando a evolução do VAB, em termos de repartição sectorial, registou-se um certo reforço do sector terciário, representando, em 2003, 74,3% do total, por contrapartida de uma menor expressão relativa dos restantes sectores de actividade económica.

Desagregação Sectorial

Actividades	Unid.: %			
	2000	2001	2002	2003
Agricultura, Silvicultura e Pescas.....	10,1	8,6	9,9	9,1
Indústria, Construção, Energia e Água	17,1	17,5	17,1	16,6
Serviços.....	72,8	73,9	73,1	74,3

Fonte: INE, Contas Regionais 1995-2003.

Ainda segundo os últimos dados disponíveis, reportados a 2003, tem-se verificado uma certa aproximação entre a economia regional e a média nacional, no que concerne à produtividade bruta do trabalho.

Produtividade (PIB/Emprego)

	Unid.: Euro			
	2000	2001	2002	2003
1. RAA	18 670	19 650	20 805	21 211
2. País	23 467	24 462	25 542	26 050
% (1/2).....	79,6	80,3	81,5	81,4

Fonte: INE, Contas Regionais 1995-2003.

1. POPULAÇÃO

Contrariando a tendência verificada nos decénios anteriores, a evolução demográfica da última década caracterizou-se pelo crescimento moderado da população residente, aumentando cerca de 1,7%, segundo os dados definitivos do censo de 2001. Porém, o acréscimo de população não está distribuído de forma equilibrada pelas diferentes ilhas, havendo inclusive, variações negativas, denotando uma tendência de concentração da população onde se localizam as principais funções administrativas e/ou unidades económicas.

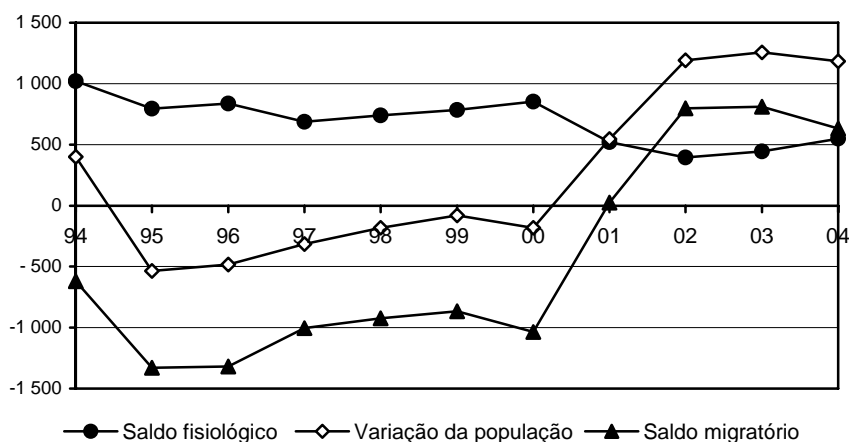
Evolução da População Residente

	1991	2001	Var. %
Santa Maria	5 922	5 578	-5,8
São Miguel	125 915	131 609	4,5
Terceira	55 706	55 833	0,2
Graciosa	5 189	4 780	-7,9
São Jorge	10 219	9 674	-5,3
Pico	15 202	14 806	-2,6
Faial	14 920	15 063	1,0
Flores	4 329	3 995	-7,7
Corvo	393	425	8,1
Açores	237 795	241 763	1,7

Fonte: SREA

O crescimento demográfico que se tem verificado nos últimos anos poderá ser explicado, em grande medida, pelos fluxos migratórios, que têm registado valores positivos, sobretudo, por via do aumento da imigração dado que o saldo natural tem vindo a declinar. O ano de 2004 constituiu uma excepção ao registar um ligeiro acréscimo face a 2003, apresentando um saldo fisiológico positivo de 550 indivíduos. Por sua vez, o saldo migratório tem apresentado uma evolução positiva mas com uma ligeira quebra em 2004, cifrando-se em 632 indivíduos.

Decomposição da Evolução da População



Em termos da evolução da estrutura da população por grandes grupos etários, e com base nos últimos recenseamentos, observa-se que o crescimento demográfico tende a concentrar-se no grupo correspondente à população potencialmente activa (15-64 anos), por contrapartida do grupo etário relativo aos jovens, mantendo-se praticamente inalterado o peso relativo dos idosos no contexto da população residente nos Açores.

Estrutura Etária da População

	1991	2001	2011*
0-14 anos	26,4	21,4	18,4
15-64 anos	61,1	65,6	69,9
65 e + anos.....	12,5	13,0	12,7

* Estimativas

Fonte: Projecções 2000-2050 NUTS II - INE

A tendência na próxima década é para se acentuar o envelhecimento da população residente, em virtude, sobretudo, da diminuição do peso relativo dos jovens, resultante do efeito conjugado da diminuição das taxas de natalidade/fecundidade e do aumento da esperança de vida. Efectivamente, através da análise comparada de alguns indicadores demográficos, verifica-se que a Região, embora ainda apresente valores favoráveis em relação à média nacional, a sua evolução tem acompanhado a evolução geral observada no país.

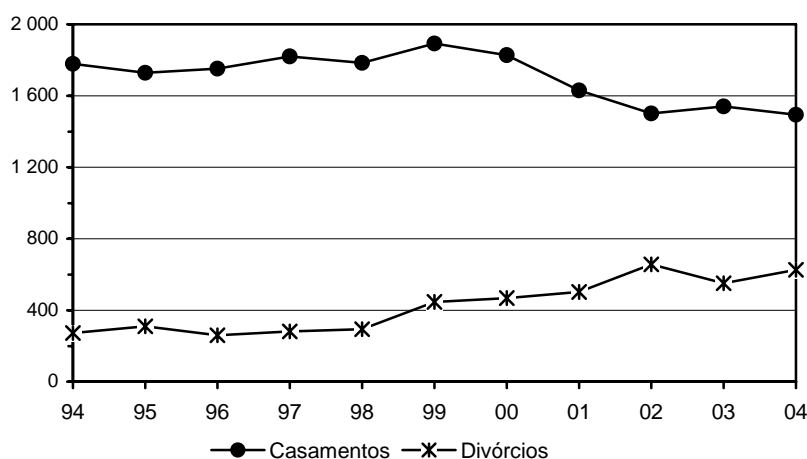
Indicadores Demográficos (Permilagem)

	1994		1999		2004	
	RAA	Portugal	RAA	Portugal	RAA	Portugal
Taxa de Natalidade.....	15,2	10,9	13,7	11,4	12,5	10,4
Taxa de Mortalidade...	11,0	9,9	10,5	10,6	10,2	9,7
Taxa de Nupcialidade.	7,4	6,6	7,7	6,8	6,2	4,7

Fonte: INE, SREA, DREPA

Relativamente ao número de casamentos verificados em 2004, constata-se que na Região se verificou uma diminuição do seu número, -3% em relação ao ano anterior, consonante com a tendência decrescente verificada a nível nacional. Por sua vez, o número de divórcios aumentou, tendo-se registado 626 divórcios em 2004.

Número de Casamentos e Divórcios



No ano de 2004, o fluxo emigratório total, na Região Autónoma dos Açores, foi de 412 indivíduos, representando um acréscimo de 25% em relação a 2003. Os Estados Unidos da América e as Bermudas continuam a ser os países de destino predominante.

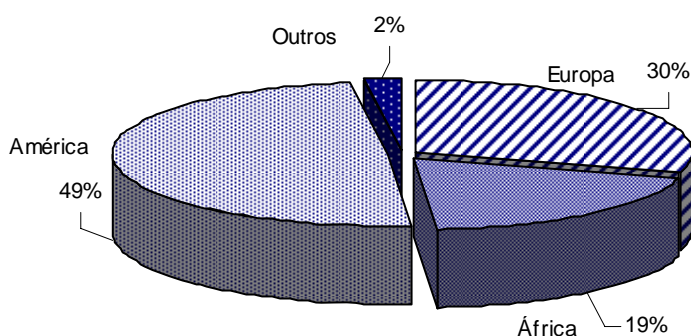
Emigração por Destinos

	2001	2002	2003	2004
Canadá.....	0	0	0	0
EUA	96	95	72	61
Bermuda e Outros	115	139	258	351
Total	211	234	330	412

Fonte: SREA

Relativamente à população estrangeira, residiam legalmente na Região Autónoma dos Açores 2 931 cidadãos, valor superior ao registado em 2003 (2 768), e que corresponde a uma variação positiva de 5,9%. Merecem particular destaque os nacionais de países do continente americano e do europeu, que representavam 49% e 30%, respectivamente, do total de estrangeiros com o estatuto legal de residentes.

População Estrangeira Residente, Segundo a Nacionalidade, 2004



Segundo o país de nacionalidade, as maiores comunidades eram compostas por cidadãos dos Estados Unidos da América, Canadá e Cabo Verde, correspondendo a mais de metade do total de estrangeiros residentes legalmente na Região. No contexto Europeu, as maiores comunidades correspondem a nacionais da Alemanha e França.

Em 2004, solicitaram estatuto de residente na Região Autónoma dos Açores, 269 indivíduos de nacionalidade estrangeira, correspondendo a um acréscimo de 26% face ao ano anterior e, dos quais, 65,1% do sexo masculino e 34,9% do sexo feminino. Cessaram o estatuto de residente na Região, 106 cidadãos estrangeiros, dos quais 57,5% do sexo masculino e 42,5% do sexo feminino.

2. MERCADO DE TRABALHO

A evolução do mercado de trabalho nos Açores tem-se caracterizado por um aumento continuado da população activa, por uma maior actividade do segmento feminino da população e por apresentar as taxas de desemprego mais baixas a nível do país, indiciadoras de uma situação de quase pleno emprego na Região.

Em 2004, a economia regional continuou a proporcionar a criação líquida de postos de trabalho, mais de 2,8 mil em relação ao ano precedente e mais de 11 mil desde 1998. Face ao elevado ritmo de aumento de população activa, superior à oferta de emprego, registou-se um ligeiro agravamento da taxa de desemprego. Porém, uma taxa de desocupação involuntária de mão-de-obra de 3,4%, em 2004, indicia, segundo os valores de referência de análise do desemprego, uma situação de quase pleno emprego na economia regional.

A taxa de actividade tem vindo a aumentar, mercê também de uma maior participação da mulher no mercado de trabalho. Porém, em comparação com a média nacional, o nível de actividade da população é inferior, não sendo estranho o facto de, em termos relativos, os Açores apresentarem a população mais jovem do país, com maior representatividade da população ainda sem idade para trabalhar. Deste modo, o cálculo da taxa de actividade, considerando a população com idade superior a 15 anos, apresenta valores mais próximos da média nacional.

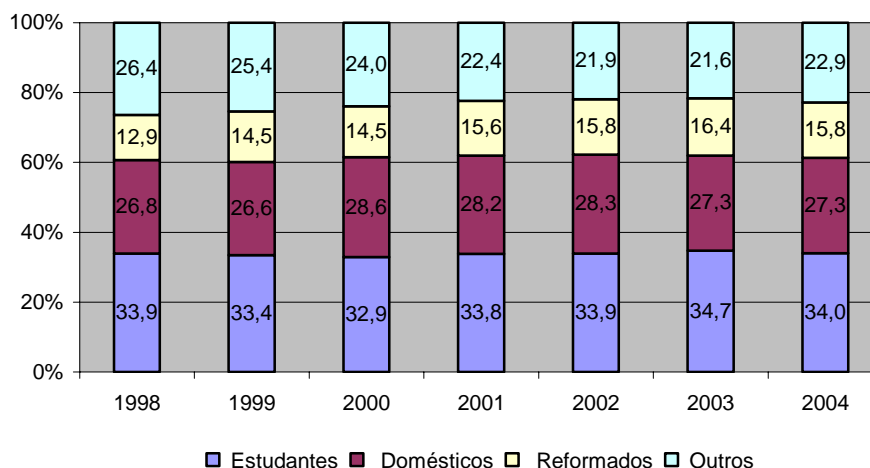
Condição da População Perante o Trabalho

	Nº Individuos						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
População Activa.....	97 664	98 553	99 008	100 646	103 645	105 099	108 586
Empregada.....	93 408	95 464	96 171	98 360	100 974	102 066	104 892
Desempregada.....	4 256	3 089	2 837	2 286	2 671	3 033	3 694
População Inactiva.....	139 099	138 204	137 724	136 309	134 175	134 440	132 583
Tx. de Actividade (%)	41,2	41,5	41,8	42,4	43,5	43,8	45,0
Tx. de Actividade Feminina (%)	35,4	34,6	34,8	36,0	36,4	37,0	37,4
Tx. de Desemprego (%)	4,4	3,1	2,9	2,3	2,6	2,9	3,4

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego

A população inactiva (reformados, domésticos, jovens, outros) nos Açores tem ainda um peso relativo considerável, embora a relação entre activo empregado e inactivo tenha vindo a alterar-se. Com efeito, enquanto a nível nacional, grosso modo, existem tantos inactivos como empregados, na Região essa relação situa-se ainda de 1 inactivo para 0,79 empregados. Porém, enquanto a nível nacional o segmento “doméstico” representa cerca de 14% do total dos inactivos, nos Açores essa relação é superior a 27%, perspectivando ainda um potencial de diminuição do índice de dependência.

Estrutura da População Inactiva - 2004



Em termos de repartição sectorial da população empregada, é o sector dos serviços que absorve a maioria dos empregados, mantendo ainda algum peso relativo o sector primário da economia.

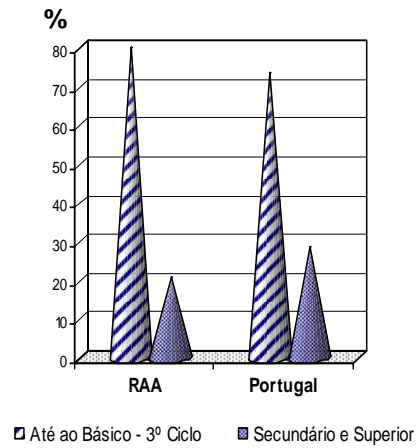
Estrutura da População Segundo os Sectores de Actividade

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Sector Primário.....	17,9	18,4	16,4	13,8	13,4	12,8	12,5
Sector Secundário.....	23,5	25,2	25,9	28,2	29,2	28,2	26,4
Sector Terciário.....	58,6	56,4	57,7	58,0	57,4	59,0	61,1
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Na distribuição da população empregada segundo o nível de instrução, verifica-se que nos Açores é relativamente mais frequente os trabalhadores disporem de formação escolar correspondente aos ciclos básicos, sendo, ao contrário, menos frequente encontrarem-se nas situações mais extremas de sem instrução ou de instrução ao nível secundário e superior.

População Activa por Nível de Ensino Completo, no Ano de 2004



3. PREÇOS

Entre Dezembro de 2003 e Dezembro de 2004, a taxa de variação média dos últimos 12 meses do Índice de Preços no Consumidor (IPC) passou de 3,3% para 2,7%, o que significa uma redução de 0,6 décimas de p.p. no indicador mais utilizado para medir a inflação.

Índice de Preços no Consumidor

Variação média dos últimos 12 meses - %

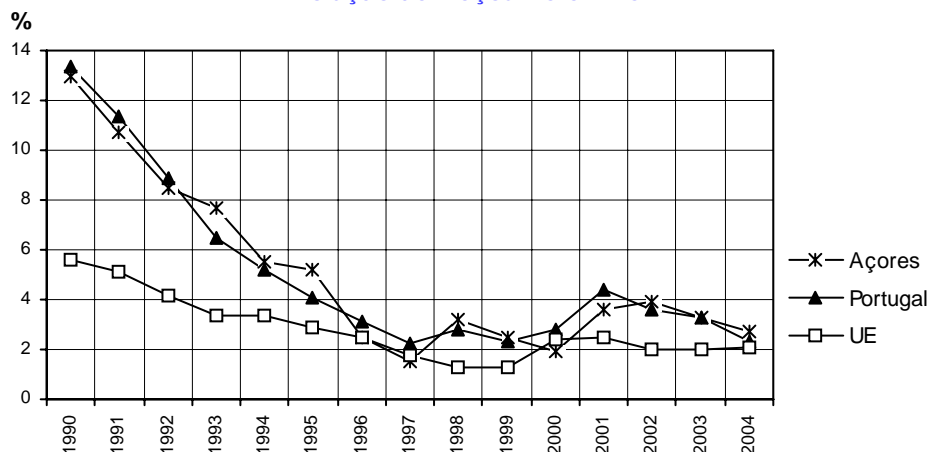
	2000	2001	2002	2003	2004
Total	2,0	3,6	3,9	3,3	2,7
Total excepto Habitação.....	1,9	3,7	3,6	3,1	2,8
Total excepto Habitação e Produtos Sazonais	2,1	3,6	3,5	3,0	2,9

Fonte: SREA

Observando as evoluções médias anuais dos preços verifica-se que, depois de uma fase de maior convergência entre a economia portuguesa – quer a do país no seu conjunto, quer a dos Açores em particular – e a média das economias da União Europeia, entrou-se a partir dos anos de 1996 e de 1997 noutra fase de evoluções com sentidos e intensidades mais próximos.

Neste último período, as diferenças que se notam derivaram de variações conjunturais e de condicionantes mais evidentes na formação de preços de serviços localizados no interior dos diferentes territórios, do que na formação dos preços de bens transacionáveis entre os mesmos territórios.

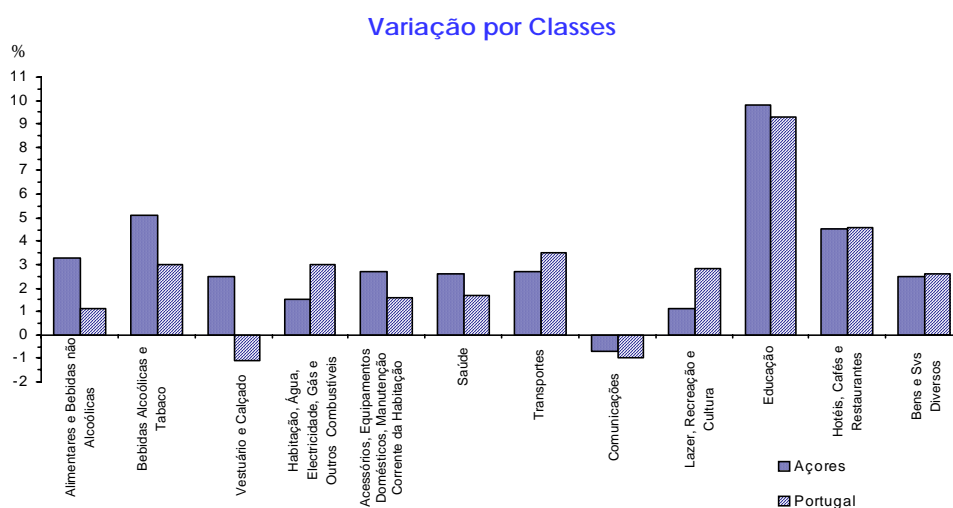
Evolução de Preços IPC e IHPC



Fonte: INE, SREA, DREPA.

Comparando as variações de preços nos Açores com as registadas em Portugal, segundo as classes de despesa e num mesmo ano, o de 2004, sobressai a elevada correlação entre as variações das diversas classes. Efectivamente, tanto nos Açores como no conjunto da economia portuguesa, a variação foi máxima na classe de educação e mínima, mesmo com sentido negativo, na de comunicações.

A única excepção verificou-se na classe do vestuário e calçado que apresentou uma variação positiva nos Açores e uma variação negativa no país.



Fonte: SREA.

Os efeitos da variação destes preços segundo as diversas classes são ponderáveis pelas suas representatividades no conjunto do cabaz de produtos que serve de base aos cálculos do Índice de Preços no Consumidor. Por exemplo, a variação de preços foi máxima na classe de educação, mas a contribuição efectiva maior foi a da classe de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, já que estes têm uma representatividade muito maior, de cerca de 24%, enquanto a dos primeiros é de 0,7%.

Variao e Contribuio por Classes de Despesa em 2004

Classes de Produtos	Peso da Classe (%)	Variao Anual (%)	Contribuio Efectiva
Total Geral	100,0	2,7	2,7
Alimentares e Bebidas não Alcoólicas	24,0	3,3	0,8
Bebidas Alcoólicas e Tabaco	4,0	5,1	0,2
Vestuário e Calçado	6,5	2,5	0,2
Habitao., gua, Electricidade, Gás e Outros Combustiveis	12,0	1,5	0,2
Acessórios, Equip. Domst. e Manut. Corrente da Habitao	8,9	2,7	0,2
Saúde	6,3	2,6	0,2
Transportes	17,9	2,7	0,5
Comunicaoes	3,6	-0,7	0,0
Lazer, Recreao e Cultura	5,4	1,0	0,1
Educao	0,7	9,8	0,1
Hotéis, Cafés e Restaurantes	5,2	4,5	0,2
Bens e Serviços Diversos	5,8	2,5	0,1

Fonte: SREA

Quanto ao nível absoluto de preços e tomando por base um cabaz constituído por 39 Produtos alimentares e de bebidas não alcoólicas elaborado pelo INE para as sete regioes NUTs II em 2003, verifica-se que a Região Autónoma dos Açores apresentou as maiores disparidades nos preços dos produtos, destacando-se, simultaneamente, por apresentar os preços mais elevados e mais reduzidos em metade dos produtos examinados. Destacam-se como preços máximos registados nos Açores, os preços da carne de porco e bacalhau corrente; e como preços mínimos, os preços do queijo, carne de vaca, leite meio gordo, entre outros.

Se nalguns destes casos há, aparentemente, uma associao imediata às actividades de especializao econmica açoriana, noutros casos a formao de preços estará mais condicionada a factores conjunturais e de organizao de circuitos de comercializao, uma vez que, dada a sua insularidade, muitos dos produtos que não são produzidos localmente, têm de provir de outras regioes ou de outros países.

**Preços Médios de Alguns Produtos Alimentares e
Disparidades Regionais dos Mesmos, 2003**

Produtos	Unidade	Preço Médio Nacional (Euros)	Preço Médio Máximo		Preço Médio Mínimo	
			Euros	Região	Euros	Região
Arroz carolino (extra longo branq.)	Kg	0,94	1,1	Alentejo	0,77	Açores
Pão de trigo 1ª (papo-seco)	Kg	2,02	2,3	LVT	1,4	Açores
Pão de mistura (trigo+centeio, +/-500g	Kg	1,53	2,82	Madeira	0,76	Açores
Bolo de aniversário, c/ cobert. simples	Kg	10,11	12,65	Açores	8,27	Norte
Carne de vaca de 2a sem osso	Kg	5,61	6,53	Alentejo	4,06	Açores
Carne limpa de porco.....	Kg	5,37	7,6	Açores	4,38	Norte
Chouriço de carne, tipo indust., avulso	Kg	5,85	7,99	Açores	3,41	Norte
Fiambre, tipo inglês, avulso.....	Kg	7,77	9,56	Algarve	5,43	Açores
Presunto sem osso, em pedaços	Kg	14,9	18,84	Algarve	10,1	Centro
Peixe-espada	Kg	6,77	11,38	Alentejo	2,9	Madeira
Polvo	Kg	8,05	9,9	Madeira	5,89	Algarve
Bacalhau corrente	Kg	7,01	7,92	Açores	6,41	Madeira
Leite de longa duração meio gordo	L	0,61	0,66	Alentejo	0,54	Açores
logurte simples – embalagem normal ..	Unid.	0,34	0,39	Algarve	0,27	Madeira
Queijo tipo flamengo, tipo nacional.....	Kg	7,7	8,69	Algarve	5,67	Açores
Azeite fino em garrafa (1o a 1,5o).....	L	3,27	4,29	Madeira	2,76	LVT
Bananas	Kg	1,2	1,35	Algarve	0,87	Madeira
Maçãs e pêros	Kg	1,27	1,66	Algarve	0,89	Norte
Cerveja branca, nacional, garrafa.....	L	1,19	1,49	Madeira	0,97	Norte

Fonte: INE, Retrato Territorial de Portugal 2003.

4. MOEDA E CRÉDITO

Em 2004, os depósitos e os créditos bancários evoluíram, em termos nominais, de forma inversa. Os depósitos registaram um crescimento de 3,2%, atingindo um montante de 1 880 milhões de euros; enquanto os créditos registaram um decréscimo de 6,6%, atingindo um montante de 2 335 milhões de euros.

Ao corrigir a evolução nominal pelo IPC regional, 2,7% para 2004, apuraram-se taxas de crescimento "reais" de 0,5% para os depósitos e de -9% para os créditos.

Nos últimos anos tem-se verificado uma progressiva transformação de poupanças em activos de financiamento, representando já o volume de créditos concedidos 124% dos depósitos captados. Este processo decorreu num contexto de expectativas favoráveis em termos de oportunidades de investimento e de moderação de taxas de juro.

Depósitos e Créditos Bancários

10⁶ Euros

Evoluções	Depósitos	Créditos ¹⁾	Créditos/Depósitos (%)
Absoluta			
2000.....	2 199	1 543	70,2
2001.....	2 127	1 799	84,6
2002.....	1 759	2 038	115,9
2003.....	1 822	2 499	137,2
2004.....	1 880	2 335	124,2
Relativa Nominal (Δ %)			
2001/2000.....	-3,3	16,6	
2002/2001.....	-17,3	13,3	
2003/2002.....	3,6	22,6	
2004/2003.....	3,2	-6,6	
Relativa "Real" (Δ %)			
2001/2000.....	-6,6	12,5	
2002/2001.....	-20,4	9,0	
2003/2002.....	0,3	18,7	
2004/2003.....	0,5	-9,0	

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico, Setembro de 2005 (www.bportugal.pt).

1) Não inclui crédito titulado.

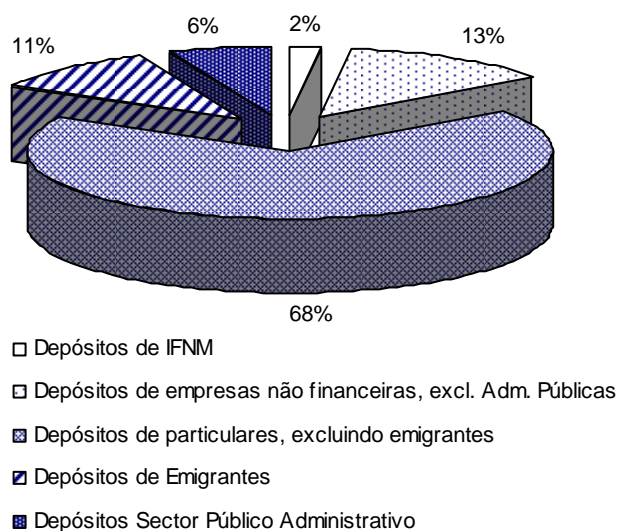
Depósitos

Os depósitos de particulares, excluindo emigrantes, constituem a principal componente da estrutura global de depósitos, representando cerca de 68% do total. Consequente, transformam-se na principal condicionante da evolução dos agregados passivos do sistema bancário.

Em 2004, os depósitos bancários terão recuperado, de forma moderada, face aos últimos dois anos, e poderá estar associado a um aumento dos depósitos de particulares, em resultado dos esforços dos bancos de, através da comercialização de contratos de depósitos com prémios de fidelidade, ou com cláusulas que implicam a obrigatoriedade de investimento simultâneo noutra instrumento financeiro.

As componentes de depósitos de emigrantes e do sector público administrativo, têm dimensões mais reduzidas e serão mais sensíveis a factores ou variáveis exteriores aos mercados monetários.

Estrutura dos Depósitos, 2004



Créditos

No ano de 2004, as três componentes de procura de moeda junto do sistema bancário, que se traduzem nos créditos a particulares para habitação, a empresas não financeiras e a particulares para outros fins,

atingiram, respectivamente, as participaes no total de 47,9%, 36,5% e 14,8%. Apesar de a componente da habitao ser a mais volumosa no total do crédito concedido, verifica-se que o seu peso no total diminuiu por contrapartida da componente das empresas não financeiras. Esta situao justifica-se pelo facto do crescimento do crédito às empresas não financeiras ter sido mais acentuado que o crescimento do crédito a particulares para habitao.

Distribuio Sectorial do Crédito (%)

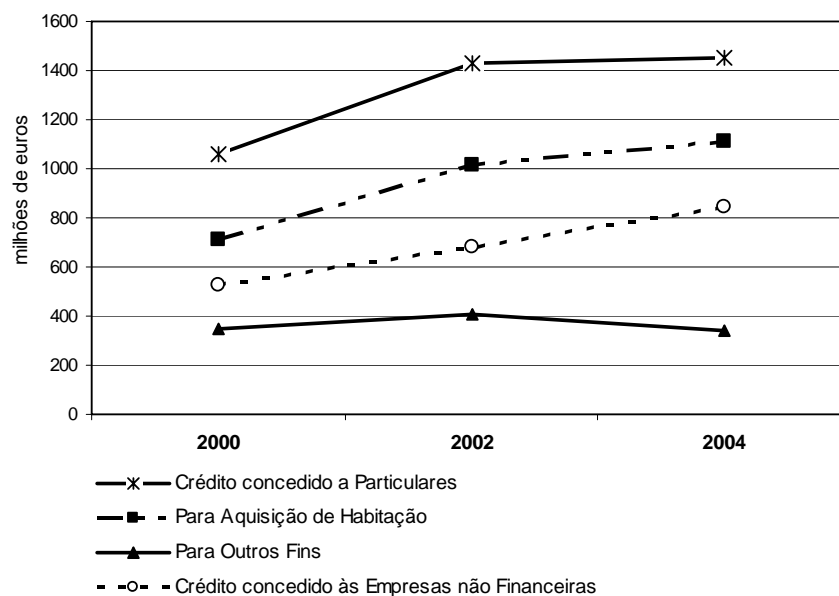
	2000	2002	2004	Δ 02/00	Δ 04/02
Crédito concedido às Empresas não Financeiras	33,1	32,4	36,5	-0,8	4,2
Crédito concedido a Particulares	66,9	67,6	62,7	0,8	-4,9
Para aquisio de Habitao	45,0	48,1	47,9	3,2	-0,2
Para Outros Fins	21,9	19,5	14,8	-2,4	-4,7
Outros	-	-	0,8		
Total.....	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Banco de Portugal, Estatisticas Monetárias e Financeiras da R. A. A..

O crédito a particulares para aquisio de habitao tem sido o segmento de actividade crediticia com maior dinamismo. As redues sucessivas das taxas de juro, a par de um ambiente concorrencial no mercado de crédito  habitao catalisador da inovao financeira, envolvendo a diversificao de formas contratuais no sentido de permitir a reduo dos encargos com a dvida nos primeiros anos dos contratos, têm-se traduzido numa crescente facilidade de acesso ao financiamento por parte das famílias.

O crédito a particulares para outros fins registou um decréscimo devido ao facto de, ao longo da fase baixa do actual ciclo econmico, as instituies de crédito terem apostado menos na concessão desse tipo de empréstimos e mantido critérios de aprovao de empréstimos a este segmento mais restritivas, dado o risco que estes créditos apresentam.

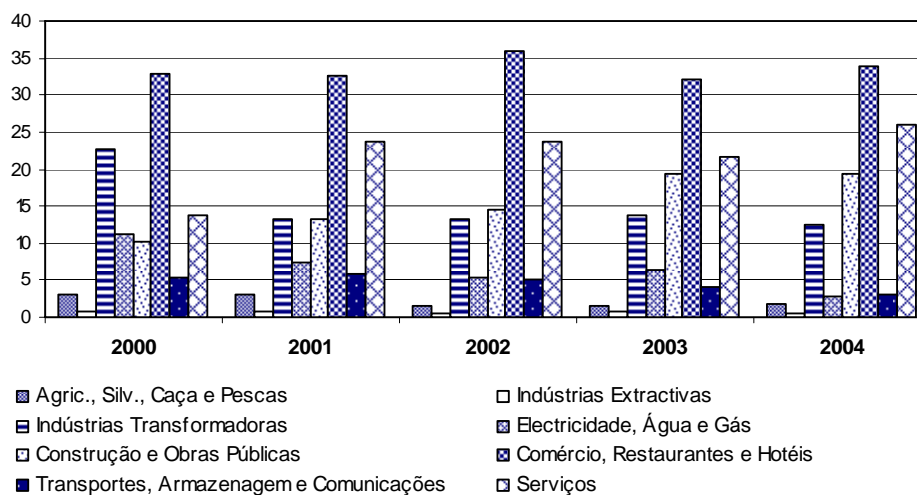
Evolução das Componentes do Crédito Bancário



Os dados disponíveis quanto à repartição por sector de actividade económica dos empréstimos concedidos a sociedades não financeiras revelam que, no final de 2004, o sector do Comércio, Restaurantes e Hotéis continuam a ser o sector com maior expressão no total do crédito concedido. Os empréstimos aos sectores de construção e dos serviços aumentaram o seu peso no total, havendo a destacar que, no sector dos serviços, o subsector das actividades imobiliárias foi o que mais contribuiu para a expansão dos empréstimos.

Na linha do que tem sucedido nos últimos anos, o crescimento acima da média do crédito aos sectores acima referidos, e principalmente do crédito a particulares para aquisição de habitação, implicou um aumento da concentração de risco de crédito nos sectores relacionados com o mercado imobiliário.

Crédito Concedido às Sociedades não Financeiras por Sector de Actividade (%)



Distribuição Geográfica

As instituições com sede nos Açores lideram em termos de captação de poupanças com 59,2% do total de depósitos, tendo a vir a recuperar, a partir de 2002, a sua posição no mercado face às instituições com sede no continente. No respeitante aos créditos concedidos, os Açores com 39,7% do total, têm vindo a perder quota de mercado para as instituições com sede no continente, passando estas, inclusive, a liderar em termos de concessão de crédito.

Depósitos e Créditos Segundo a Sede das Instituições

Anos	DEPÓSITOS			CRÉDITOS		
	em instituições com sede em			em instituições com sede em		
	Açores	Continente	Total	Açores	Continente	Total
2001	47,5	52,5	100	47,7	52,3	100
2004	59,2	40,8	100	39,7	60,3	100

Fonte: Banco de Portugal, Estatísticas Monetárias e Financeiras da R.A.A..

5. FINANÇAS PÚBLICAS

Evolução Geral

No ano de 2004, a Conta da Região Autónoma dos Açores registou 754,2 milhões de euros de receitas e 732,2 milhões de euros de despesas, o que em relação ao ano anterior representou crescimentos de 6,6% e 3,4%, respectivamente.

No que respeita à estrutura e evolução das receitas, destaca-se o crescimento do financiamento com origem nos impostos e nas taxas, reduzindo-se a necessidade de recorrer a outras fontes de financiamento. De facto, as receitas fiscais (impostos mais taxas) cresceram 14,1%, passando a representar 64,8% do total, enquanto as transferências e, particularmente, os empréstimos decresceram, mesmo em termos nominais.

No âmbito das despesas, as correntes registaram uma taxa de variação anual de 2%, passando a representar 68,8% do total, assim como, as despesas do plano e as despesas de capital registaram variações positivas mas, sem alterar a sua representatividade no total.

Aplicações e Financiamento — Conta da RAA

	Montante (Milhões de Euros)				Estrutura %				Crescimento Δ%		
	2001	2002	2003	2004	2001	2002	2003	2004	02/01	03/02	04/03
RECEITAS (Corr.+Capital).....	702,2	728,5	707,8	754,2	100,0	100,0	100,0	100,0	3,7	-2,8	6,6
Receitas fiscais (Imp.+Tax.).....	353,0	422,3	428,1	488,7	50,3	58,0	60,5	64,8	19,6	1,4	14,1
Transferências.....	242,9	243,8	260,9	257,0	34,6	33,5	36,9	34,1	0,4	7,0	-1,5
Empréstimos.....	90,7	56,6	0,0	0,0	12,9	7,8	0,0	0,0	-37,6	-100,0	-
Outras.....	15,6	5,7	18,8	8,5	2,2	0,8	2,7	1,1	-63,3	228,6	-54,7
DESPESAS.....	702,2	728,6	707,9	732,2	100,0	100,0	100,0	100,0	3,7	-2,8	3,4
Despesas Correntes...	435,6	482,9	493,82	503,9	62,0	66,3	69,8	68,8	10,9	2,3	2,0
Despesas de Capital..	62,2	28,8	1,7	2,3	8,9	4,0	0,2	0,3	-53,8	-94,0	31,8
Despesas do Plano.....	204,4	216,9	212,3	226,1	29,1	29,8	30,0	30,9	6,1	-2,1	6,5

Fonte: Conta da R. A. A..

Receitas

Em 2004, as Receitas Correntes atingiram 542,7 milhões de euros e as Receitas de Capital somaram 211,5 milhões de euros, traduzindo respectivamente crescimentos de 7,5% e 4,2% em relação ao ano anterior, e representado também respectivamente 49,9% e 19,5% do total. As contas de ordem atingiram os 332,9 milhões de euros, representando 30,6% do total.

Entre as rubricas das receitas correntes destaca-se a dos impostos, particularmente a dos impostos indirectos, pelo volume que atingem e pelo crescimento registado, sendo particularmente representativo o caso do IVA.

Já entre as rubricas das receitas de capital destacam-se as transferências que atingiram 207 milhões de euros, no ano de 2004.

Receitas – Conta da RAA

Milhares de Euros

Receitas	2003	2004
Receitas Correntes	504 843	542 743
Impostos directos	119 010	153 086
dos quais:		
IRS	90 103	109 427
IRC	28 000	43 311
Outros	908	348
Impostos indirectos	303 945	333 780
dos quais:		
Imposto de selo.....	19 806	31 049
IVA.....	253 145	260 730
Imposto s/ consumo tabaco .	17 948	19 765
Outros	13 046	22 236
Taxas, multas, outras penalid. ...	5 183	1 799
Rendimentos de propriedade ..	272	511
Transferências	72 500	50 000
Outras receitas	3 932	3 567
Receitas de Capital	202 991	211 506
Venda de bens de investim.	2 099	291
Transferências	188 354	207 047
Activos financeiros	10 042	1 692
Passivos financeiros	0	0
Outras receitas.....	2 495	2 476
Contas de Ordem	291 289	332 963
Total	999 123	1 087 212

Fonte: Conta da R.A.A..

Despesas

As despesas correntes atingiram 503,9 milhões de euros no ano 2004, onde se destacou pelo volume os 252,1 milhões de euros de despesas com pessoal e os 218,2 milhões de euros relativos a transferências. Os encargos correntes com a dívida foram de cerca de 7,4 milhões de euros, enquanto no ano anterior tinham sido de 7,6 milhões de euros.

As despesas de capital registaram um montante de 2,3 milhões de euros, contemplando basicamente transferências e aquisico de alguns bens. No ano de 2004, como já vem acontecendo desde 2000, não se registaram passivos financeiros com amortizacão de dvidas.

As despesas do plano somaram 226,1 milhões de euros no ano de 2004, mais 14 milhões de euros que no ano anterior.

A rubrica "Contas de Ordem" registou um montante de 327,7 milhões de euros, enquanto no ano anterior tinha registado 285,3 milhões de euros.

Despesas — Conta da RAA

	Milhares de Euros	
	2003	2004
Despesas Correntes.....	493 819	503 860
Pessoal	249 336	252 135
Aquisico de bens e servicos.....	15 349	16 323
Encargos correntes da dvida	7 592	7 371
Transferências correntes....	212 138	218 182
Subsídios	0	0
Outras despesas correntes	9 404	9 849
Despesas de Capital	1 734	2 286
Aquisico de bens de capital.....	1 369	1 371
Activos financeiros	0	0
Passivos financeiros	0	0
Transferências de capital .	120	624
Outras despesas de capital	245	291
Despesas do Plano	212 302	226 141
Contas de Ordem	285 311	327 748
Total	993 166	1 060 035

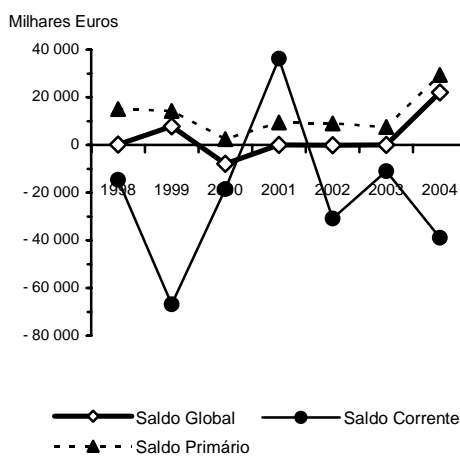
Fonte: Conta da R.A.A..

Saldos

Pelos dados anteriores verifica-se que no ano 2004 o crescimento das despesas totais foi inferior ao das receitas totais (incluindo contas de ordem), sendo o saldo global na ordem de 21,9 milhões de euros.

Deduzindo o encargo corrente da dvida (juros a pagar) obtm-se um saldo primário positivo, situando-se na ordem de 29,3 milhões de euros.

Saldos



Também o saldo de despesas correntes foi positivo, traduzindo um excedente de receitas correntes, após a cobertura dos encargos relativos às despesas correntes.

Dívida Pública Directa

A dívida pública atingiu os 275 milhões de euros em 2004, dos quais 147,8 milhões de euros em euros.

O serviço da dívida de 7,4 milhões de euros correspondeu basicamente a juros, já que não se registaram amortizações.

Dívida Pública Regional

	Mil Euros			
	2001	2002	2003	2004
Dívida Pública Directa	277 524	275 030	275 030	275 030
Moeda Nacional.....	150 331	147 837	147 837	147 837
Moeda Estrangeira	127 193	127 193	127 193	127 193
Serviço da Dívida	9 467	9 073	7 592	7 372
Juros	9 376	9 057	7 592	7 371
Amortizações.....	0	0	0	0
Outros encargos.....	91	16	0	1

Fonte: Conta da R.A.A..

6. AGRICULTURA

O ano agrícola 2003/04 caracterizou-se por um aumento generalizado da produção das principais culturas face ao ano anterior, em resultado de condições climatéricas favoráveis, porém ainda aquém da média dos últimos cinco anos. As culturas que apresentaram as variações mais significativas foram as da beterraba sacarina e tabaco.

Produção das Principais Culturas, R.A.A.

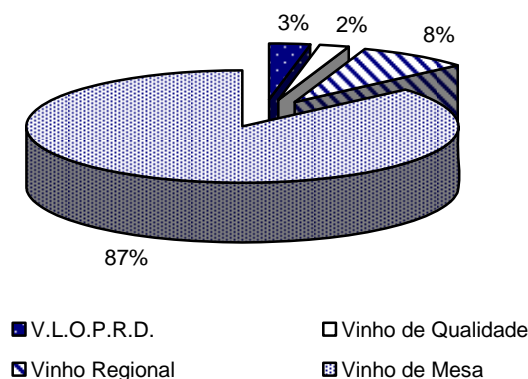
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Batata Cedo.....	6.954	6.323	6.508	6.103	5.923	4.699	4.984
Batata Tarde.....	19.773	21.746	21.548	20.402	20.162	12.878	14.344
Beterraba Sacarina.....	7.586	6.301	7.699	8.976	7.040	5.265	9.330
Chá.....	24	79	86	97	123	116	125
Milho Grão.....	4.204	2.889	2.580	2.292	1.985	1.843	1.830
Milho Forragem.....	184.749	363.645	218.885	199.643	160.462	154.365	155.333
Tabaco.....	173	178	187	140	90	104	138
Vinho*.....	94.201	52.602	55.399	41.450	47.373	32.787	21.121

Fonte: SREA, INE

* Unidade - Hectolitros

Relativamente à produção de vinho, registaram-se, em todas as ilhas, boas produções tanto em quantidade como em qualidade, embora inferiores às produções consideradas normais. O vinho de mesa e, particularmente o tinto rosado, é a espécie vinica mais representativa da produção, correspondendo a 87% da mesma. A ilha do Pico foi a ilha que mais contribuiu para a produção de vinho na região (cerca de 60% da produção total).

Produção Vinícola 2004



No ano de 2004 o leite recebido nas fábricas atingiu cerca de 491 milhões de litros, o que representa um ligeiro decréscimo em relação ao ano anterior.

Nos produtos transformados o leite para consumo atingiu 66 milhões de litros, registando um crescimento médio anual de 25%. O leite industrializado é consumido predominantemente na forma de UHT.

No grupo dos outros produtos transformados, os designados produtos lácteos, a produção atingiu 49,6 mil toneladas, continuando a destacar-se os queijos pela representatividade e pela evolução.

Produção e Transformação de Leite

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Var. % 04/03
Leite recebido nas fábricas (1000 lt.)	422 639	474 231	501 963	482 789	505 010	492 211	491 276	-0,2%
Leite p/consumo (1000 lt)	40 694	43 391	48 467	45 108	49 776	52 852	65 797	24,5%
Produtos lácteos (ton.s) ...	43 373	49 247	51 530	48 384	51 845	51 289	49 681	-3,1%
Manteiga.....	5 876	6 915	7 277	5 825	6 969	7 325	6 794	-7,2%
Queijo.....	19 370	22 496	24 552	25 387	26 158	25 459	26 075	2,4%
Leite em Pó	17 954	19 633	19 509	16 997	18 542	18 271	16 557	-9,4%
logurtes	173	203	192	175	176	234	255	9,0%

Fonte: SREA.

A produção de carne registou um total de 28 milhares de toneladas, o que traduz um decréscimo de 9,7% relativamente ao ano anterior.

Contrariamente aos anos anteriores, a evolução registada nos diversos tipos de carne foi negativa, constituindo a única excepção, a carne de aves que apresentou um acréscimo de 7,4% face ao ano anterior.

Produção de Carne

	2001	2002	2003	2004	Var. % 02/01	Var. % 03/02	Var. % 04/03
Gado bovino abatido.....	6 028	7 477	7 998	7 247	24,0	7,0	-9,4
Gado bovino exportado vivo....	10 664	13 641	14 078	11 983	27,9	3,2	-14,9
Sub - total.....	16 692	21 118	22 076	19 230	26,5	4,5	-12,9
Gado suíno abatido	5 187	5 396	5 798	5 364	4,0	7,4	-7,5
Aves (abate).....	2 778	3 395	3 318	3 565	22,2	-2,3	7,4
Total	24 657	29 909	31 192	28 159	21,3	4,3	-9,7

Fonte: SREA.

7. PESCAS

A actividade piscatória, medida pelo pescado descarregado nos portos traduz-se em volumes na ordem das 11 mil toneladas anuais, às quais correspondem valores brutos de produção na ordem dos 27,5 milhões de euros. Em termos de preço médio, em 2004 observou-se um aumento da valorização de todo o pescado, à excepção do atum que manteve praticamente inalterado o seu valor em relação ao ano precedente.

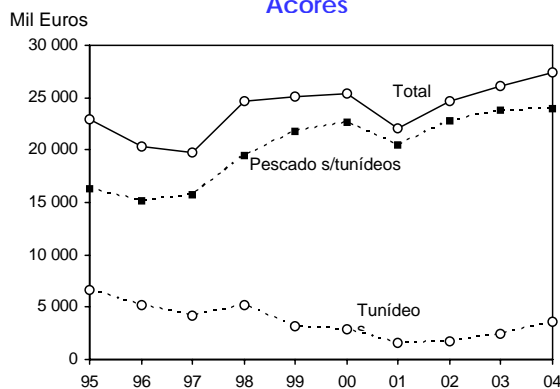
Pescado Descarregado nos Portos

	Anos				Δ%		
	2001	2002	2003	2004	02/01	03/02	04/03
Volume (Tons)							
Total	6 925	7 840	10 013	11 042	13,2	27,7	10,3
Tunideos	1 479	1 821	3 505	5 228	23,1	92,5	49,2
Restante Pescado	5 446	6 019	6 508	5 814	10,5	8,1	-10,7
Valor (Mil Euros)							
Total	22 043	24 607	26 119	27 452	11,6	6,1	5,1
Tunideos	1 594	1 747	2 390	3 537	9,6	36,8	48,0
Restante Pescado	20 449	22 860	23 729	23 915	11,8	3,8	0,8
Preço (Euro/Kg)							
Total	3,18	3,14	2,61	2,49	-1,4	-16,9	-4,7
Tunideos	1,08	0,96	0,68	0,68	-11,0	-28,9	-0,8
Restante Pescado	3,75	3,80	3,65	4,11	1,1	-4,0	12,8

Fonte: SREA.

A evolução global do pescado descarregado nos portos caracteriza-se por a componente das diferentes variedades de pescado mais tradicional ocupar um lugar mais representativo, quando comparado à do pescado de atum industrial.

Valor do Pescado Descarregado nos Acores



Entre as principais espécies de peixe descarregadas nos portos algumas destacam-se pelo volume enquanto outras se evidenciam pelo seu valor. Como exemplos do primeiro caso refere-se a cavala e o chicharro e do segundo o goraz e o cherne.

Principais Espécies Descarregadas

	Toneladas				Mil Euros				Euro/Kg			
	2001	2002	2003	2004	2001	2002	2003	2004	2001	2002	2003	2004
Abrótea	151	173	200	193	637	725	782	746	4,2	4,2	3,9	3,9
Cações e lixas	93	112	90	57	148	140	103	92	1,6	1,3	1,1	1,6
Cavala	266	194	261	434	292	245	242	324	1,1	1,3	0,9	0,7
Cherne	229	283	270	189	1 994	2 506	2 533	2 137	8,7	8,9	9,4	11,3
Chicharro	1 091	1 450	1 501	1 246	1 684	2 313	1 992	2 014	1,5	1,6	1,3	1,6
Congro	207	181	144	115	656	645	508	421	3,2	3,6	3,5	3,7
Goraz	473	531	408	405	4 522	5 144	4 340	5 140	9,6	9,7	10,6	12,7
Outros	2 936	3 095	3 634	3 175	10 516	11 142	13 229	13 041	3,3	3,6	3,6	4,1
TOTAL.....	5 446	6 019	6 508	5 814	20 449	22 860	23 729	23 915	3,8	3,8	3,6	4,1

Fonte: SREA.

Pescadores e Embarcações

	2001	2002	2003	2004
Pescadores matriculado.....	4 138	3 684	3 417	3 853
Embarcações - Nº	1 624	1 629	1 617	1 582
Embarcações - TAB....	13 302	13 274	11 710	10 824
Pescadores/Nº Embarcações	3	2	2	2
TAB/Nº Embarcações	8	8	7	7

Fonte: SREA.

No ano de 2004 matricularam-se na actividade da pesca 3 853 pescadores e as embarcações existentes correspondiam a 1 582 barcos, com um total de capacidade de 10,8 milhares de toneladas de arqueação bruta.

O número de matrículas de pescadores cresceu em relação ao ano anterior, mas situa-se dentro da ordem de grandeza dos últimos anos. Quanto às embarcações é visível um progressivo decréscimo do número de embarcações existentes, a par de um decréscimo da sua capacidade medida em tonelagem de arqueação bruta - TAB.

8. ENERGIA

Estimando-se o consumo total de energia eléctrica primária a partir dos dados relativos  produo de energia eléctrica baseada em recursos renováveis e ao consumo de combustíveis no ano de 2004, obtm-se um volume de cerca de 360,4 mil toneladas equivalentes de petróleo (tep). Este volume total incorpora um crescimento médio de 3,7% em relao ao ano anterior.

A produo regional de 29,6 mil toneladas representa um decréscimo em relao ao anterior, que ficou a dever-se, sobretudo, a uma variao na hidroelectricidade, tendo a componente geotérmica praticamente mantido o nível já atingido.

No que respeita ao consumo de energia através de combustíveis líquidos evidenciaram-se o gasóleo e o fuel-oil pelo volume e pelo crescimento que atingiram.

Consumo de Energia Primária

	mil tep's			
	2001	2002	2003	2004
Produo Regional	39,9	37,1	37,4	36,6
Hidroeléctrica, Geotérmica e eólica...	39,9	37,1	37,4	36,6
Importao	273,1	295,4	310,9	324,2
Gasolina	33,9	35,5	37,1	38,5
Gasóleo	117,6	126,1	134,9	136,2
Fuel-oil	94,8	105,7	110,4	120,7
GPL	26,6	27,9	28,4	28,7
Total	201,9	331,5	347,6	360,4

Fontes: EDA, SREA e DREPA.

Electricidade

No balanço entre produo e consumo de electricidade verificou-se que a primeira atingiu o volume de 702,7 GWh, representando um crescimento de 9,7% em relao ao ano anterior, e o segundo, por outro lado, atingiu o volume de 622,0 GWh, representado mais 11,0% do que no ano anterior.

Sendo assim, observou-se uma reduo, ligeira, mas absoluta, nas perdas de electricidade. De facto estas foram de 80,7 GWh, enquanto no ano anterior tinham sido de 81,1 GWh.

Electricidade - Balanço

	2000	2001	2002	2003	2004
Produção.....	520,1	559,2	600,9	641,2	702,7
Perdas e Consumo das Centrais.....	69,4	74,0	75,1	81,1	80,7
Consumo	450,7	485,2	525,8	560,1	622,0

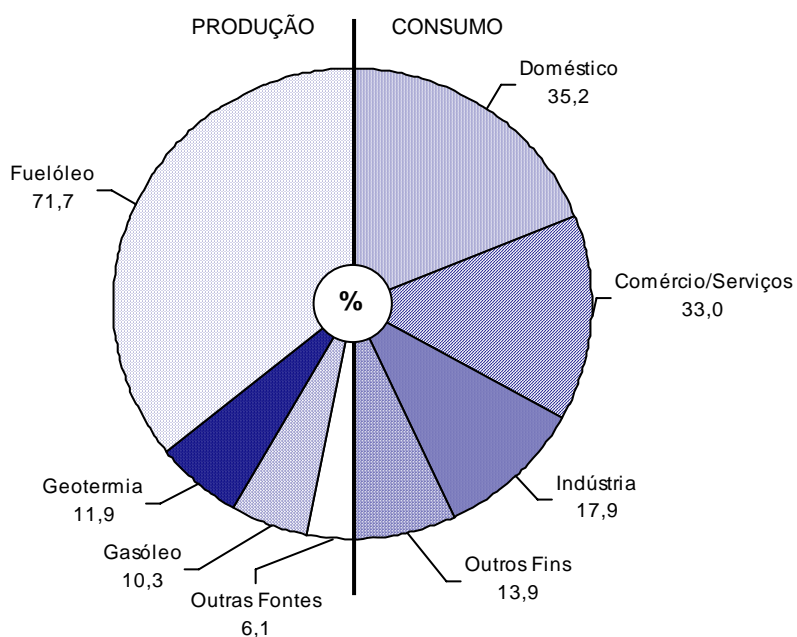
GWh

Fonte: EDA.

No ano de 2004 verificou-se uma produção mais intensa na electricidade gerada pelas centrais térmicas abastecidas por fuel-oil e gásóleo, que representaram, 71,7% e 10,3%, respectivamente. A produção de origem geotérmica decresceu, em relação ao ano anterior, representando 11,9% do total.

No que respeita ao consumo mantêm-se uma distribuição mais equilibrada entre os respectivos segmentos. Todavia, o de comércio e serviços, que representou cerca de 33,0% do total, revelou uma certa expansão, em contrapartida do da indústria.

Estrutura da Produção e Consumo - 2004



No que respeita à distribuição por ilhas verificou-se uma certa proporcionalidade entre as respectivas dimensões e estruturas, continuando São Miguel a representar mais de metade da produção de electricidade, ao mesmo tempo que em termos de capitação de consumo, além daquela ilha, também o Faial assume valores superiores à média.

Distribuição por Ilhas - 2004

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	RAA
Produção (GWh).....	17,9	386,7	165,0	10,8	24,0	39,1	48,3	9,9	1,0	702,7
Consumo por instalação (MWh/nº instalações).....	4,7	6,5	5,7	3,4	3,9	4,1	5,8	4,1	3,9	5,7
Consumidores (nº instalações)	3 424	54 091	24 655	2 955	5 345	8 234	7 164	2 228	235	108 331

Fonte: EDA.

9. COMÉRCIO COM O ESTRANGEIRO

Segundo os últimos dados disponíveis, durante o ano de 2003, as trocas comerciais com o estrangeiro traduziram-se em 102,2 milhões de euros de compras e 45,9 milhões de euros de vendas, o que originou um défice de 56,3 milhões de euros.

Em relação ao ano anterior, verificou-se uma intensificação significativa nas exportações, atingindo um crescimento de quase 100% nas receitas, enquanto que se registou um ligeiro decréscimo das despesas com as importações.

Componentes Estruturais

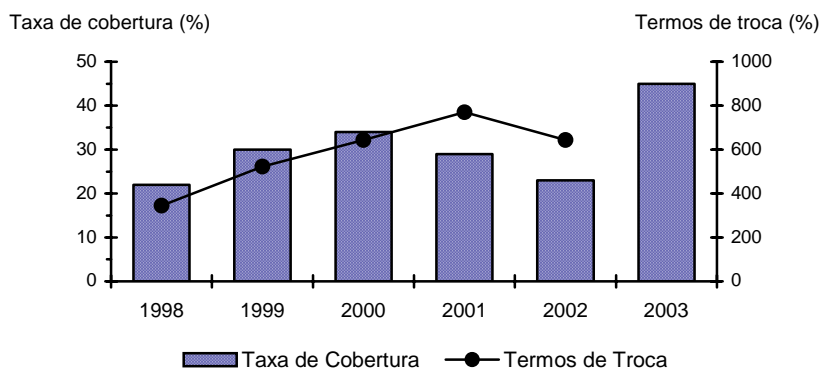
	Entradas		Saídas	
	Milhares Euros	1 000 Toneladas	Milhares Euros	1 000 Toneladas
2001	95 874	631,8	28 169	24,1
2002	105 004	566,5	23 986	20,1
2003	102 161	*	45 852	*

* Informação não disponível.

Fonte: SREA.

A relação entre o valor da receita e o da despesa com a transacção de mercadorias com o estrangeiro, traduziu-se numa taxa de cobertura de 45%, enquanto no ano anterior tinha sido apenas de 23%.

Indicadores



As importações do estrangeiro no ano 2003 basearam-se em produtos de consumo intermédio para actividade industrial e em bens associáveis a investimentos ou, pelo menos, a consumos duradouros. São exemplos as compras de peixe para as conservas, as máquinas e aparelhos, os adubos, etc..

Importações — Principais Grupos de Mercadorias – 2003

Capítulo NC	Designação	Valor 1000 €	Principais Fornecedores
03	Peixes, crustáceos e moluscos	9 756	Gana e Espanha
10	Cereais	19 250	França, Alemanha e R. Unido
12	Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.	4 765	EUA, França e Países Baixos
15	Gorduras e óleos, animais ou vegetais, ceras, etc.	1 505	Espanha
17	Açúcares e produtos de confeitaria	1 995	Noruega e EUA
23	Alimentos para animais	9 579	EUA e Nigéria
31	Adubos ou fertilizantes	2 234	Roménia e França
62	Vestuário e seus acessórios, excepto de malha	1 026	EUA e Itália
72	Ferro fundido, ferro e aço	5 310	Turquia e Moldávia
84	Reactores nucleares, máq. aparelhos mecân., etc.	7 419	Espanha e Canadá
85	Máquinas aparelhos e materiais eléctricos	3 562	Dinamarca e EUA
87	Automóveis, tractores e outros veiculos	2 058	Espanha e Itália
89	Embarcações e estruturas flutuantes	2 432	Polónia e EUA

Fonte: SREA.

Por outro lado, as vendas ao exterior continuaram a basear-se nos produtos das indústrias transformadoras de bens do sector primário, onde se destaca a exportação de conservas para Itália.

Os combustíveis e óleos vendidos para fornecimento à navegação foram no valor de 9 918 milhares de euros, constituindo a segunda rubrica com maior representatividade na receita.

Exportaces — Principais Grupos de Mercadorias – 2003

Capitulo NC	Designaco	Valor 1000 €	Principais Destinos
03	Peixes, crustáceos e moluscos	3 667	Espanha e Canadá
04	Leite, lacticínios, ovos de aves, mel natural, etc.	7 510	Bélgica e Países Baixos
16	Preparações de carnes, peixes, crustáceos e moluscos	11 225	Itália
27	Combustíveis e óleos minerais, matérias betuminosas	9 918	Fornecimentos à navegação
62	Vestuário e seus acessórios, excepto de malha	1 073	EUA
84	Reactores nucleares, máq. aparelhos mecân., etc.	3 115	Canadá e Cabo Verde
88	Aeronaves e outros aparelhos aéreos ou espaciais	5 016	Reino Unido e Países Baixos

Fonte: SREA.

Na distribuico segundo as principais zonas de comércio e países, constata-se que o conjunto dos países da União europeia continuam a ser os principais parceiros comerciais das trocas com o estrangeiro. O “mercado da saudade”, onde pontuam as comunidades emigradas na América do Norte, mantém, sem grande alteraco, o seu peso específico no comércio com o estrangeiro.

Importaces e Exportaces – Zonas e Países

1000 Euros

	Importaces		Exportaces	
	2000	2003	2002	2003
UE	71 003	70 098	11 427	25 342
EUA.....	16 455	14 200	4 532	4 126
Canadá.....	489	1 544	2 404	2 429
Outros	17 057	16 319	1 744	2 478
Fornecimentos à navegação			3 879	11 477
Total.....	105 004	102 161	23 986	45 852

Fonte: SREA.

10. TURISMO

O conjunto da hotelaria tradicional mais o turismo em espaço rural somaram, no ano de 2004, uma capacidade de alojamento de cerca de 8 mil camas, em resultado de um crescimento assinalável da oferta de alojamento turístico, que se fez sentir essencialmente nos últimos quatro anos. Actualmente, mais de 50% da oferta hoteleira dos Açores foi construída de novo e a parte restante foi, na sua maioria, profundamente remodelada e reestruturada.

O forte aumento da oferta turística tem sido acompanhado pelo aumento da procura. Actualmente observam-se ajustamentos no sentido do equilíbrio das taxas de ocupação das camas existentes nos estabelecimentos turísticos.

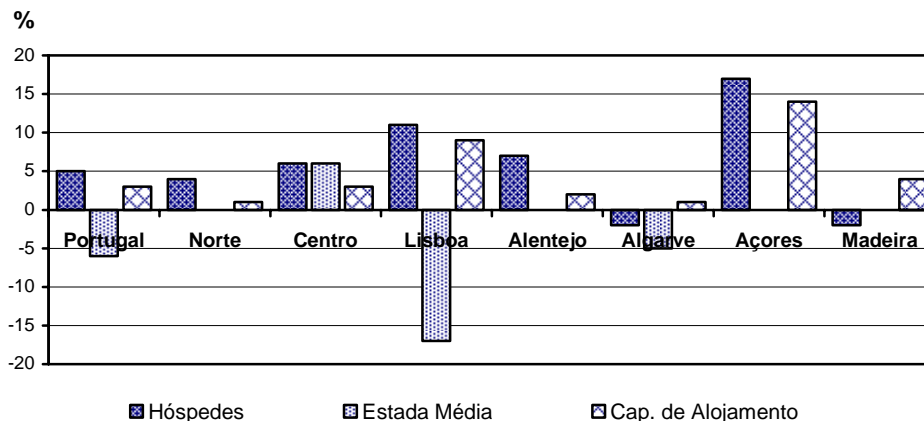
Procura e Ofertas Turísticas

Anos	Dormidas (milhares)	Capacidade de Alojamento (camas)				Tx. Ocupação (%)
		Hotelaria Tradicional	Turismo em espaço Rural	Outros	Total	
2001	864,8	4 645	249	454	5 348	44,3
2002	912,3	5 474	251	475	6 200	40,3
2003	926,0	6 396	238	427	7 061	35,9
2004	1 089,3	7 486	271	444	8 201	36,4

Fonte: Estatísticas do Turismo, SREA.

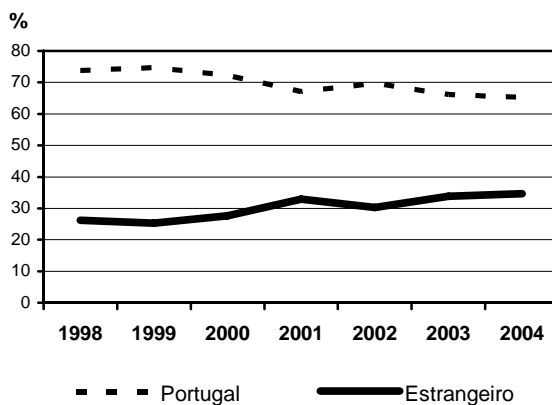
A nível nacional e considerando apenas a hotelaria tradicional, verifica-se que os Açores é a região do País em que o crescimento da procura é maior, confirmando a tendência de aumento sistemático e acima da média nacional, da procura turística dos Açores.

Evolução do Número de Hóspedes, da Estada Média e da Capacidade de Alojamento, Portugal e NUTS II, 2003-04



Analisando a evolução das dormidas verifica-se que a procura tem crescido de forma expressiva, particularmente, através das dormidas de hóspedes residentes no estrangeiro. Esta tendência resulta de um esforço que tem vindo a ser realizado no sentido de se diversificar a origem da procura turística. Porém, o mercado nacional representa ainda 65% do volume total de dormidas.

Evolução da Procura Turística por Residência dos Hóspedes



Das dormidas de hóspedes residentes no estrangeiro, destaca-se o caso dos residentes nos países Nórdicos pelo facto de terem registado, nos últimos anos, um crescimento assinalável, passando de cerca de 4 milhares de hóspedes em 1999, para cerca de 45 milhares, em 2004, correspondendo a cerca de 40% deste segmento. Mercados como os de França, do Reino Unido ou de Espanha, que lhe eram comparáveis,

também registaram crescimentos, mas a um ritmo menor, que oscila entre os 5% e os 8%.

Procura – Principais Mercados Residência dos Hóspedes

	Hóspedes (milhares)						Δ %				
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	00/99	01/00	02/01	03/02	04/03
Portugal.....	170,5	168,4	185,4	198,4	181,3	204,7	-1,2	10,1	7,0	-8,6	12,9
Estrangeiro.....	57,8	64,5	90,7	86,4	92,6	108,7	11,6	40,7	-4,7	7,1	17,4
EUA/Canadá.....	11,1	10,6	11,8	9,8	9,9	10,4	-4,5	11,0	-16,9	1,4	5,2
Alemanha.....	13,2	12,5	12,6	11,4	13,3	16,8	-5,3	0,5	-9,3	16,3	26,3
França.....	5,5	7,0	7,4	7,9	9,4	8,9	27,3	5,5	6,7	19,7	-5,3
Reino Unido.....	5,9	5,9	6,8	5,4	6,4	6,4	0,0	14,9	-19,7	17,9	-1,1
Espanha.....	3,4	2,9	3,7	3,5	4,3	5,8	-14,7	26,9	-6,3	23,4	36,6
Países Nórdicos ..	4,4	12,7	34,4	34,3	34,9	43,1	188,6	170,6	-0,1	1,6	23,6

Fonte: Estatísticas do Turismo, SREA.

Observando-se a evolução da procura no que respeita a sua distribuição ao longo dos meses, verifica-se o seu alargamento mais intenso a meses da época baixa, com os índices de sazonalidade a reduzirem-se, particularmente os dos residentes no estrangeiro. Efectivamente, a sazonalidade desta componente da procura caracterizava-se por taxas bastante superiores às dos residentes em Portugal, mas a partir de 2000 começaram a diminuir, de tal modo que, essa situação se inverteu.

Sazonalidade Índice de dispersão relativa*

	Total	Portugal	Estrangeiro
1999	0,51	0,44	0,70
2000	0,43	0,39	0,53
2001	0,46	0,47	0,49
2002	0,42	0,44	0,40
2003	0,40	0,42	0,40
2004	0,41	0,48	0,38

* Divisão do desvio padrão pela média da distribuição.

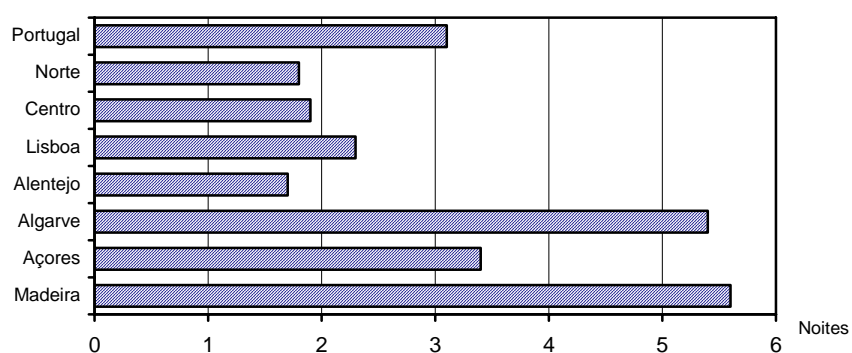
Fonte: Cálculo a partir de dados das Estatísticas do Turismo, SREA.

A evolução da procura por hóspedes residentes no estrangeiro foi, também, decisiva para a progressão da estada média global, passando

esta de cerca de 2,8 noites de permanência em 1999, para cerca de 3,5 noites em 2004.

Assim, e considerando apenas a Hotelaria Tradicional, atingiu-se uma estada média que no quadro nacional, é ultrapassada apenas pelas regiões de turismo do Algarve e da Madeira.

Estada Média nos Estabelecimentos Hoteleiros e NUTS II, 2004



Fonte: INE

O Valor das receitas de exploração da hotelaria regional atingiu, em 2004, um valor de cerca de 47 milhões de euros

As evoluções das receitas, e as de aposentos em particular, ficaram a dever-se mais à evolução da procura absoluta de dormidas do que aos respectivos preços das diárias (receitas de aposentos/dormidas).

Exploração da Hotelaria

Receitas e Despesas

Indicadores	Períodos				Δ%		
	2001	2002	2003	2004	02/01	03/02	04/03
Receitas Totais (mil euros)	35 115,0	38 027,4	40 331,1	46 970,4	8,3	6,1	16,5
Receitas de aposentos (mil euros)	25 259,9	27 817,7	28 149,2	32 327,6	10,1	1,2	14,8
Despesas com pessoal (mil euros)	10 315,0	12 392,6	15 400,0	17 775,7	20,1	24,3	15,4
Desp.com pessoal/Receitas totais (%)	29,4	32,6	38,2	37,8	10,9	17,2	-0,9
Receitas aposentos/dormidas (euros)	40,6	41,7	43,6	43,1	2,7	4,5	-1,0
IPC-Índ. de Preços no Consumidor	-	-	-	-	3,9	3,3	2,7

Fonte: Estatísticas do Turismo, SREA.

Apesar da evolução moderada dos preços, verifica-se que os Açores se encontram entre as regiões portuguesas que recebem proporcionalmente mais proveitos, ou porque os hóspedes permanecem mais tempo, ou porque frequentam estabelecimentos mais caros. Efectivamente, no conjunto da economia do país, os Açores receberam cerca de 2% dos hóspedes, mas a proporção das receitas já foi de cerca de 3%.

11. TRANSPORTES

Os dados disponíveis sobre os movimentos de passageiros apontam no sentido de uma tendência de redução de tráfego nos transportes colectivos terrestres e de aumento nos transportes marítimos e aéreos.

Tráfego de Passageiros

	2001	2002	2003	2004
Terrestre (a).....	83 978	99 023	99 805	98 632
Marítimo.....	431 065	456 988	468 986	467 846
Aéreo (b).....	764 982	776 700	770 767	821 862

Fonte: SREA.

(a) Passageiros Km – Transportes Colectivos.

(b) Metade dos Movimentos dos Passageiros nos Aeroportos.

Os movimentos de passageiros nos aeroportos vêm revelando alterações na sua composição segundo os diversos tipos de tráfego.

O tráfego de passageiros interno (na prática inter-ilhas) é ainda o que regista maior número de frequências, mas já não tem o predomínio que registava habitualmente e nos últimos dois anos, o de 2003 e o de 2004, representou percentagens inferiores a metade do tráfego total.

Movimento de Passageiros nos Aeroportos, segundo o tipo de tráfego

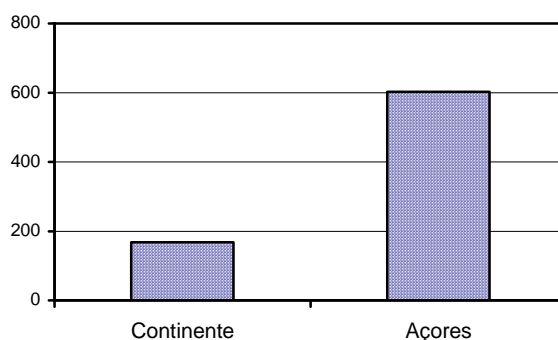
	Interno	Territorial	Internacional	Total
Volume				
2001	781 179	592 163	156 621	1 529 963
2002	767 577	632 812	153 010	1 553 399
2003	751 555	626 404	163 574	1 541 533
2004	804 604	654 588	184 532	1 643 724
Estrutura				
2001	51,1	38,7	10,2	100,0
2002	49,4	40,7	9,9	100,0
2003	48,8	40,6	10,6	100,0
2004	49,0	39,8	11,2	100,0
Crescimento				
2002/2001	-1,7	6,9	-2,3	1,5
2003/2002	-2,1	-1,0	6,9	-0,8
2004/2003	7,1	4,5	12,8	6,6

Fonte: SREA

Por outro lado, os tráfegos com o exterior (territorial e internacional), apesar de continuarem mais sensíveis a influências de conjuntura, apresentam tendências de crescimento superiores em média. Será particularmente o caso do tráfego internacional, o que se mostra consistente com a evolução da procura turística.

Observando-se a frequência de movimentos de passageiros nos aeroportos em relação ao número de habitantes residentes, verifica-se que nos Açores há uma elevada intensidade no uso do modo de transporte aéreo, quando se faz a comparação com o Continente através do mesmo indicador. Esta diferença de intensidade estará logicamente relacionada com as características diferentes da geografia física em ambos os territórios.

Número de Movimentos de Passageiros nos Aeroportos por cada 100 Habitantes



As cargas movimentadas nos portos, atingem cerca de 2,7 milhões de toneladas, todavia o volume das movimentadas nos aeroportos não chega a representar 1% daquelas.

Cargas Movimentadas

	1000 Ton.			
	2001	2002	2003	2004
Aeroportos.....	12,7	13,1	13,3	12,8
Portos.....	2 501,8	2 647,8	2 726,9	2 797,1
Total.....	2 514,5	2 660,9	2 740,2	2 809,9

Fonte: SREA: DRTAM.

12. EDUCAÇÃO

Acompanhando a evolução demográfica dos últimos anos, o volume global de matrículas nos níveis de ensino têm vindo a diminuir.

No ano lectivo 2003/2004, a diminuição do número de alunos no Ensino Básico e Secundário foi, de algum modo, contrariado pelo aumento de matrículas no ensino profissional.

Matrículas nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade Ensino Oficial e Particular

Anos Lectivos	Educação Pré-Escolar	Cidadania	Ensino Básico			Ensino Secundário	Ensino Profissional	Total Geral
			1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo			
1993/94	6 715		21 264	9 820	13 304	8 363	138	59 604
1994/95	6 606		20 438	9 729	13 386	9 508	146	59 813
1995/96	6 819		19 716	9 723	12 572	10 088	237	59 155
1996/97	7 044		19 191	9 802	12 699	10 307	383	59 426
1997/98	6 977		18 659	9 775	12 837	9 987	458	58 693
1998/99	6 803		18 157	9 225	12 537	9 435	627	56 784
1999/00	6 793		17 638	8 949	11 592	9 312	747	55 031
2000/01	7 341		17 254	8 421	12 123	8 490	1 118	54 747
2001/02	7 318		16 448	8 441	11 377	8 743	1 411	53 738
2002/03 *	7 658	111	16 907	8 473	11 363	7 992	1 614	54 118
2003/04 **	7 710	52	16 981	8 515	10 615	7 205	2 166	53 244

Fonte: Estatísticas da Educação 2003/2004 - R.A.A., Direcção Regional da Educação.

* O 1.º Ciclo inclui 51 alunos do Ensino Recorrente e 564 alunos do Programa Oportunidade;
O 2.º Ciclo inclui 15 alunos do Ensino Profissional; 115 alunos do Ensino Recorrente; 155 alunos do Programa Oportunidade e 195 alunos do Programa PROFIJ;
O 3.º Ciclo inclui 342 alunos do Ensino Profissional; 96 alunos do Programa Oportunidade e 123 alunos do Programa PROFIJ;
O Ensino Secundário inclui 12 alunos do Programa PROFIJ.

** O 1.º Ciclo inclui 69 alunos do Ensino Recorrente e 787 alunos do Programa Oportunidade;
O 2.º Ciclo inclui 70 alunos do Ensino Recorrente; 195 alunos do Programa Oportunidade e 243 alunos do Programa PROFIJ;
O 3.º Ciclo inclui 192 alunos do Ensino Profissional; 169 alunos do Programa Oportunidade e 517 alunos do Programa PROFIJ;
O Ensino Secundário inclui 157 alunos do Programa PROFIJ.

A taxa de escolarização apresenta valores crescentes em todas as idades, apesar de a população escolar ter vindo a diminuir. Este aumento é mais significativo nas idades da Educação Pré-Escolar e a partir dos 14 anos. Da observação da evolução destas taxas, verifica-se um alargamento do leque de idades com taxas dos 100%, presentemente representativas das idades de escolaridade obrigatória.

Taxas de Escolarização por Idades e Anos Lectivos*

IDADES	%			
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
3 anos.....	37,6	40,3	44,2	46,6
4 anos.....	65,4	73,3	78,2	74,2
5 anos.....	100,5	100,0	103,7	108,0
6 anos.....	103,3	103,6	114,5	115,7
7 anos.....	102,6	102,6	103,9	105,2
8 anos.....	101,4	104,7	107,0	108,4
9 anos.....	105,5	114,8	120,4	117,0
10 anos.....	102,1	106,2	114,6	111,6
11 anos.....	101,1	97,5	109,3	106,3
12 anos.....	108,5	97,5	103,2	104,8
13 anos.....	104,4	93,4	104,2	101,7
14 anos.....	102,1	92,5	105,3	98,3
15 anos.....	80,1	81,7	86,7	86,0
16 anos.....	72,9	71,9	72,1	73,7
17 anos.....	60,8	58,4	62,3	60,2
18 anos.....	41,7	40,5	42,4	40,2
19 anos.....	25,5	25,1	25,9	26,4

Fonte: Estatísticas da Educação 2003/2004 - R.A.A., Direcção Regional da Educação.

* Taxas de escolarização superiores a 100%, resultam de diferenças entre métodos e fontes no que respeita ao número de alunos efectivos e potencialmente efectivos.

O aproveitamento escolar, medido através da taxa de transição/aprovação oscila entre os 85,3% no 4.º ano de escolaridade e os 44,6% no 12.º ano, confirmando um maior aproveitamento escolar nos ciclos do ensino geral e obrigatório do que no secundário.

Aproveitamento Escolar nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade (a)
Taxas de Transição
 Ensino Oficial e Particular

Ano de Escolaridade	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04
4º (1)	78,7	81,1	85,3	82,8	85,3
6º (2)	81,3	80,3	75,1	75,9	77,1
9º (3)	77,9	80,4	71,4	73,2	74,9
12º (4)	48,9	41,9	49,4	45,5	44,6

Fonte: Estatísticas da Educação 2003/2004 - R.A.A., Direcção Regional da Educação.

a) Não inclui o Ensino Profissional nem o Ensino Recorrente.

1) Ano terminal do 1º Ciclo do Ensino Básico.

2) Ano terminal do 2º Ciclo do Ensino Básico.

3) Ano terminal do 3º Ciclo do Ensino Básico.

4) Ano terminal do Ensino Secundário.

Em termos de evolução, utilizando para o efeito um período de tempo mais alargado, os anos lectivos de 1997/98 e 2003/2004, verifica-se que há uma diminuição do número de estabelecimentos. Tendo em conta a dispersão geográfica da população açoriana, a crescente concentração urbana e a necessidade de se criar um sistema educativo mais autónomo e descentralizado, o modelo de rede escolar foi reestruturado, assentando, entre outros princípios, na integração vertical da Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico e na concentração das actividades escolares do 1.º ciclo e da Educação Pré – escolar num único edifício em cada freguesia ou conjunto de freguesias, justificando, deste modo, a diminuição verificada no número de estabelecimentos (Resolução n.º 10/2004, de 22 de Janeiro).

Não obstante a situação mencionada, observa-se que o número de salas de aula aumentou, o que poderá ser explicado pelo facto de se ter vindo a seguir uma orientação de expansão do ensino secundário na generalidade dos concelhos da Região, tendo provocado a ampliação de infra-estruturas já existentes, nomeadamente no que se refere a laboratórios e outros espaços específicos destinados ao ensino experimental das ciências e tecnologias, e até mesmo a construção de novas escolas, para aquele nível de ensino.

A tendência para o decréscimo do número de alunos tem vindo a significar uma menor pressão sobre os recursos escolares, como o exemplo do rácio alunos/salas de aula, também, tem revelado.

Ensino Não Superior

	1997/1998	2003/2004
Estabelecimentos.....	484	311
Alunos	55 055	48 205
Docentes	4 198	4 232
Salas de aula	2 450	2 595
Alunos/Docente	13	11
Alunos/Salas.....	22	19

Fonte: DRE, Estatísticas da Educação 1997/1998 e 2003/2004.

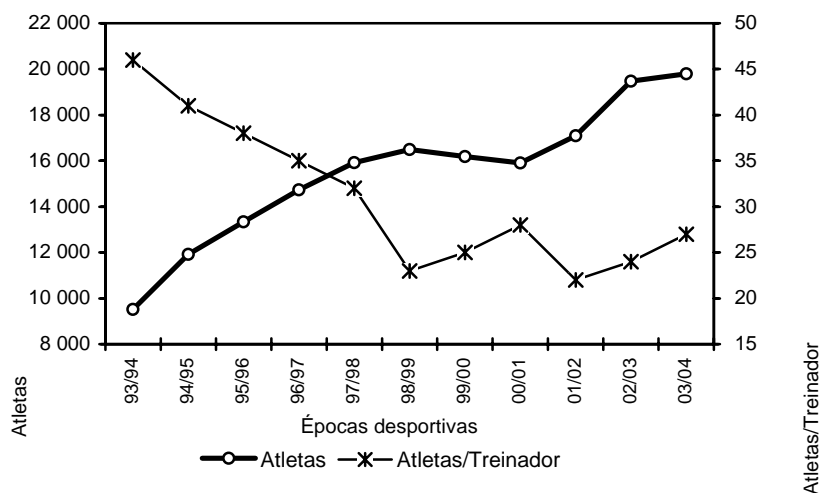
13. DESPORTO

As actividades desportivas nos Açores, enquadradas pelas federações associativas das diversas modalidades, vêm movimentando um número significativo de atletas e agentes responsáveis.

O número de inscritos na época de 2003/2004 aproximou-se de cerca de 20 milhares de atletas praticantes e de 721 treinadores.

Os dados anteriores resultam de um processo de crescimento assinalável já que, nos últimos dez anos, o número de atletas praticamente duplicou e as condições de enquadramento técnico, através dos respectivos treinadores, poderão traduzir-se pelo rácio de 27 atletas por cada treinador, por contrapartida a um rácio inicial de 46 atletas.

Desporto Federado nos Açores



Fazendo uma análise mais pormenorizada dos praticantes, constata-se que do total de praticantes, 14 873 eram do sexo masculino e 4 926 do sexo feminino, correspondendo a 75,1% e 24,9%, respectivamente. Verificou-se também a existência de um maior número de praticantes federados nos escalões de formação (74,4%), relativamente aos seniores (25,6%).

Em termos de representatividade das diversas modalidades poderão agrupar-se dois conjuntos segundo as características:

- desportivas mais individuais e que atraem largas centenas ou mesmo à volta de um milhar de praticantes, como os 643 de xadrez, 586 de natação, 568 de "karaté", 863 de ténis, 836 de judo, 941 de atletismo e 1 423 de ténis de mesa; ou de jogo em equipa e envolvendo praticantes em número superior ou na ordem dos milhares, como os 1 424 de andebol, 1 307 de basquetebol, 2 270 de voleibol e os 5 559 de futebol.

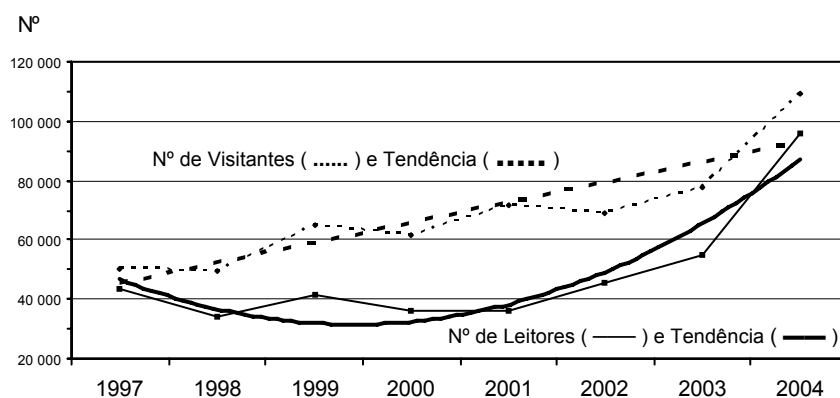
Como os números apresentados revelam, o futebol destaca-se em relação às outras modalidades pelo número de praticantes, representando 28,1% do total. O voleibol é a segunda modalidade mais praticada, representando 11,5%.

14. CULTURA

Os museus e as bibliotecas públicas representam meios privilegiados de desenvolvimento de acções culturais, seja pelas capacidades patrimoniais e funcionais existentes, seja pelos diversos públicos que podem atrair.

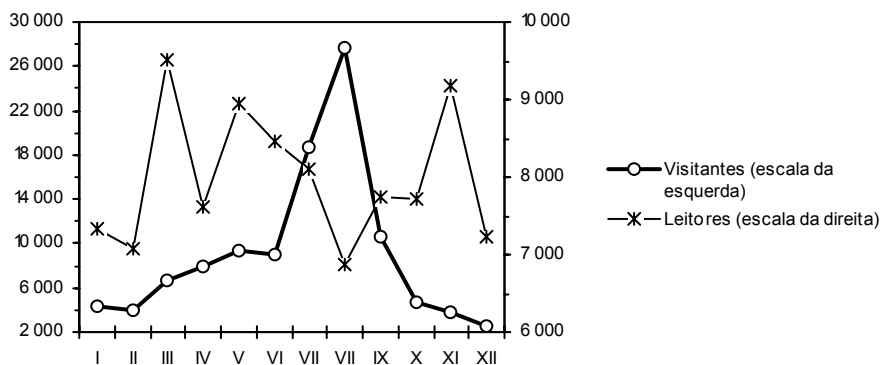
Observando as evoluções das procuras sobre aqueles equipamentos culturais, por parte de visitantes nos museus e de leitores nas bibliotecas, verifica-se que existe actualmente uma tendência ao crescimento em qualquer uma delas. Todavia, se a tendência da procura de visitantes aos museus prossegue a um ritmo mais regular e dentro de um mesmo padrão das estruturas existentes, já a procura de leitores nas bibliotecas revela, depois de uma ligeira quebra nos finais da década de noventa, uma intensificação do crescimento nos anos mais recentes, reflectindo, pelo menos em parte, a transição do funcionamento da biblioteca pública de Ponta Delgada das antigas para as novas instalações no histórico colégio dos jesuítas.

Evolução da procura em Museus e Bibliotecas



A evolução intra-anual para os mesmos tipos de equipamentos culturais, verifica-se que a procura nos museus intensifica-se nos meses de Verão, enquanto a procura nas bibliotecas, ao contrário, é maior nas outras estações. Para esta diferença entre as distribuições ao longo do ano contribuirá significativamente a componente de turistas que visitam os museus, enquanto nas bibliotecas será mais a componente de estudantes para leituras integradas na sua formação académica ao longo do ano escolar.

Procura intra-anual em Museus e Bibliotecas, no ano de 2004



No ano de 2004 desenvolveram-se um conjunto diversificado de eventos de natureza cultural nos Açores, discriminando-se os principais no quadro seguinte:

Eventos

	Quantidade	Equipamentos Utilizados
Exposições.....	63	29
Espectáculos.....	158	55
Conferências.....	11	7
Workshops.....	10	7
Ciclos de Cinema.....	5	3
Feiras do Livro.....	6	6
Lançamento de CD's/Livros.....	5	4
Festivais.....	1	14
Total.....	259	125

Durante o ano de 2004, os apoios financeiros às actividades culturais, enquadrados juridicamente pelo Decreto Legislativo Regional nº22/97/A, atingiram um montante na ordem dos 1 175 mil euros.

15. SAÚDE

Equipamentos de Saúde

Em 2004, a rede regional de saúde compreende 3 Hospitais, 16 Centros de Saúde, 90 Unidades de Saúde e 33 Postos de Enfermagem. Existiam também 46 Farmácias.

	2004
Hospitais.....	3
Centros de Saúde.....	16
Unidades de Saúde.....	90
Postos de Enfermagem ..	33
Farmácias.....	46
Total.....	188

Fonte: Direcção Regional de Saúde; SREA.

Os dados gerais sobre o funcionamento do sistema apontam para uma estabilidade no volume das consultas, uma maior utilização de meios de diagnóstico e de terapêuticas e um aumento do pessoal em actividade no sector.

Indicadores Gerais

	2001	2002	2003	2004	Δ%		
					02/01	03/02	04/03
Profilaxia/vacinas	92 739	80 036	76 468	70 978	-13,7	-4,5	-7,2
Consultas mais urgências.	814 732	875 034	903 086	898 567	7,4	3,2	-0,5
Internamentos (doentes saídos).....	27 480	28 460	28 531	27 704	3,6	0,2	-2,9
Diagnósticos e terapêuticas (meios)	2 392 101	2 508 511	2 707 185	3 053 548	4,9	7,9	12,8
Pessoal total.....	3 896	4 066	4 039	4 099	4,4	-0,7	1,5

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

Os actos registados em profilaxia/inoculações globais correspondem a vacinações praticadas nos centros de saúde. O volume dos actos situa-se na ordem dos setenta e um milhares mas, embora seja aplicado predominantemente com preocupações de prevenção de doenças em crianças com idade inferior a um ano, é fortemente condicionado por particularidades e campanhas específicas a nível local.

Os serviços de consultas têm registado, nos últimos anos, uma procura mais expressiva do que os de urgências. Esta evolução terá sido mais significativa no âmbito dos hospitais do que no dos centros de saúde.

Em 2004, em média, cada residente na Região obteve 2 consultas médicas, junto dos estabelecimentos da rede pública de saúde. Por outro lado, 1 em cada 8,6 indivíduos residentes nos Açores esteve internado num estabelecimento de saúde.

Consultas e Urgências

	2001	2002	2003	2004	Δ%		
					02/01	03/02	04/03
Consultas	415 206	431 871	464 368	473 958	4,0	7,5	2,1
Consultas Centros de Saúde ..	266 650	271 437	292 363	286 350	1,8	7,7	-2,1
Consultas Hospitais	148 556	160 434	172 005	187 608	8,0	7,2	9,1
Urgências	399 526	443 163	438 718	424 009	22,0	-1,0	-3,4
Urgências Centros de Saúde ..	230 865	281 541	279 424	270 706	10,9	-0,8	-3,1
Urgências Hospitais	168 661	161 622	159 294	153 303	-4,2	-1,4	-3,8
Consultas por Habitante	1,7	1,8	1,9	2,0			
Centros de Saúde	1,1	1,1	1,2	1,2			
Hospitais	0,6	0,7	0,7	0,8			
Internamentos por 1 000 Hab.	115,7	119,8	120,1	116,6			
Centros de Saúde	19,8	18,9	18,3	17,7			
Hospitais	95,9	100,9	101,8	98,9			

Fonte: Direco Regional de Saúde, DREPA.

Os movimentos de internamento nos hospitais e nos centros de saúde têm mantido características de certa estabilidade, situando-se a estada média dos doentes em 7 ou 8 dias.

A taxa de ocupao anual das camas ronda um valor próximo dos 60%, estando estabilizada uma oferta de 4 camas hospitalares por cada milhar de habitantes.

Internamento

	2001	2002	2003	2004	Δ%		
					02/01	03/02	04/03
Doentes saídos	27 480	28 460	28 531	27 704	3,6	0,2	-2,9
Dias de internamento	208 612	218 713	220 562	211 743	4,8	0,8	-4,0
Lotao	968	964	977	972	-0,4	1,3	-0,5
Demora média (dias)	7,6	7,7	7,7	7,6			
Camas por 1 000 habitantes	4,0	4,0	4,1	4,0			
Taxa de ocupao (%)	59,0	62,2	61,9	59,7			

Fonte: Direco Regional de Saúde.

Os meios complementares de diagnóstico somaram 2,68 milhões de exames e análises, o que representa um crescimento de 13,9% em relação ao ano anterior. Os meios complementares de terapêutica, por sua vez, somaram 364,3 mil actos, o que representa um crescimento de 5,1% em relação ao ano anterior.

Meios Complementares

	2001	2002	2003	2004	Δ%		
					02/01	03/02	04/03
Diagnóstico	2 123 618	2 197 880	2 360 416	2 689 171	3,5	7,4	13,9
Terapêutica.....	268 483	310 631	346 769	364 377	15,7	11,6	5,1
Total	2 392 101	2 508 511	2 707 185	3 053 548	4,9	7,9	12,8

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

O número de pessoas em actividade nos serviços dos hospitais e dos centros de saúde durante o ano de 2004 atingiu o total de 4 099 profissionais.

Tem-se registado um alargamento de efectivos nos quadros, nomeadamente médicos, enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica. Efectivamente, tem havido um esforço por parte do Serviço Regional de Saúde no sentido de criar condições por forma a alargar os quadros, através da concessão de bolsas de estudo, com o compromisso do exercício na Região, a alunos de Medicina e a alunos dos cursos de diagnóstico e terapêutica.

Pessoal

	2001	2002	2003	2004	Δ%		
					02/01	03/02	04/03
Médicos	407	435	466	465	6,9	7,1	-0,2
Enfermeiros	961	1 011	1 013	1 036	5,2	0,2	2,3
Técnicos diagnóstico e terapêutica....	178	203	202	212	14,0	-0,5	5,0
Outro pessoal	2 350	2 417	2 358	2 386	2,9	-2,4	1,2
Total	3 896	4 066	4 039	4 099	4,4	-0,7	1,5
Médicos por 1 000 habitantes.....	1,7	1,8	1,9	1,9			
Enfermeiros por 1 000 habitantes.....	4,0	4,2	4,2	4,3			

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

16. SEGURANÇA SOCIAL

No ano de 2004, o total de receitas registadas pelo Centro de Gestão Financeira da Segurança Social atingiu cerca de 154,6 milhões de euros, o que representa um crescimento de 3,4% em relação ao ano anterior. As despesas também registaram um crescimento de 8,2%, atingindo o montante de 127,1 milhões de euros. Contas foram encerradas com um saldo global positivo de 27,5 milhões de euros. O facto do desemprego ser muito reduzido na Região, poderá ter contribuído para este resultado, se considerarmos que a componente com maior peso na estrutura das despesas é a da População Activa.

Receitas e Despesas Correntes

	Montante (Milhares de Euros)				Estrutura %				Crescimento Δ%		
	2001	2002	2003	2004	2001	2002	2003	2004	02/01	03/02	04/03
Receitas.....	127 813	140 250	149 548	154 630	100,0	100,0	100,0	100,0	9,7	6,6	3,4
Contribuições...	126 479	136 353	145 459	150 863	99,0	97,2	97,3	97,6	7,8	6,7	3,7
Rendimentos....	1 144	550	485	339	0,9	0,4	0,3	0,2	-51,9	-11,9	-30,1
Outras.....	190	3 346	3 604	3 428	0,1	2,4	2,4	2,2	1 657,1	7,7	-4,9
Despesas	106 066	109 348	117 037	127 129	100,0	100,0	100,0	100,0	3,1	7,0	8,6
Prestações dos regimes	49 459	51 784	55 510	59 690	46,6	47,4	47,4	47,0	4,7	7,2	7,5
Acção Social....	29 572	23 925	24 815	27 466	27,9	21,9	21,2	21,6	-19,1	3,7	10,7
Administração e outras.....	27 035	33 639	36 713	39 973	25,5	30,8	31,4	31,4	24,4	9,1	8,9
Saldo (Receitas - Despesas)	21 747	30 902	32 510	27 501							
Saldo (Contrib. - Prestações)	77 020	84 570	89 949	91 174							

Fonte: CGFSS.

Em relação às despesas com prestações dos diversos regimes verificou-se que para o seu acréscimo contribuíram a maioria das suas componentes (Infância e Juventude, População Activa, Família e Comunidade e, ainda, Terceira Idade), havendo apenas uma redução de despesa, a Invalidez e Reabilitação que decresceu à taxa média anual de 14,4%. Entre aquelas componentes que contribuíram para o acréscimo de despesas, saliente-se

pela sua representatividade, a da População Activa que abrange as despesas com os subsídios de desemprego.

Despesas – Prestações dos Regimes

	Montante (Milhares de Euros)				Estrutura %				Crescimento Δ%		
	2001	2002	2003	2004	2001	2002	2003	2004	02/01	03/02	04/03
Infância e Juventude.....	15 108	16 221	16 491	18 377	30,5	31,3	29,7	30,8	7,4	1,7	11,4
População Activa	18 084	18 502	22 675	23 634	36,6	35,7	40,8	39,6	2,3	22,6	4,2
Família e Comunidade..	2 036	14 007	13 828	15 292	4,1	27,0	24,9	25,6	588,1	-1,3	10,6
Invalidez e Reabilitação...	4 159	1 049	994	851	8,4	2,0	1,8	1,4	-74,8	-5,2	-14,4
Terceira Idade	10 071	2 005	1 522	1 536	20,4	3,9	2,7	2,6	-80,1	-24,1	0,9
Total.....	49 459	51 784	55 510	59 690	100,0	100,0	100,0	100,0	4,7	7,2	7,5

Fonte: CGFSS.

Em relação às despesas com a acção social destaca-se o facto de todas as componentes terem aumentado, com excepção da Família e Comunidade, implicando um agravamento da despesa total em cerca de 11%, face ao ano anterior.

Despesas – Acção Social

	Montante (Milhares de Euros)				Estrutura %				Crescimento Δ%		
	2001	2002	2003	2004	2001	2002	2003	2004	02/01	03/02	04/03
Infância e Juventude.....	13 154	13 419	13 279	14 626	44,5	56,1	53,5	53,3	2,0	-1,0	10,1
População Activa											
Família e Comunidade..	7 625	1 509	1 660	1 510	25,8	6,3	6,7	5,5	-80,2	10,0	-9,0
Invalidez e Reabilitação...	1 821	2 128	2 343	2 857	6,2	8,9	9,4	10,4	16,9	10,1	22,0
Terceira Idade	6 972	6 869	7 534	8 472	23,6	28,7	30,4	30,8	-1,5	9,7	12,5
Total.....	29 572	23 925	24 815	27 466	100,0	100,0	100,0	100,0	-19,1	3,7	10,7

Fonte: CGFSS.

Composto e Impresso
na
DREPA